



# Anais da Assembleia

N. 101

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 1985

ANO XI

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 88.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 1985.  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Furiatti e Djalma de Almeida César.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (56). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Edmar Luiz Costa e Tuguio Setogutte (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Proceder à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para a vota-

ção da Mensagem Governamental n. 156/85, que encaminha anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, lhe seja concedida licença para tratar de interesses particulares por um prazo de quarenta e cinco (45) dias.

Sala das Sessões, em 01/10.85.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO PEREIRA DE SOUZA, vítima de lamentável acidente automobilístico, ocorrido ontem 30 de setembro.

REQUER ainda seja dado ciência desta decisão à família enlutada, aos cuidados de IKPC=GERÊNCIA FLORESTAL-HARMONIA = Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) PÉRICLES PACHECO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LENINI PINTO MACHADO, vítima de lamentável acidente automobilístico, ocorrido ontem 30 de setembro.

REQUER ainda seja dado ciência desta decisão à família enlutada, aos cuidados de IKPC-Gerência Florestal-HARMONIA = TELÊMACO BORBA.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) PÉRICLES PACHECO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de PESAR pelo falecimento do jovem VALDIR UMBERTO FERNANDES AZEVEDO, vice-presidente do Diretório Municipal do PMDB de Cambé e presidente da Associação

dos Funcionários Municipais de Cambé, ocorrido no último dia 26 de setembro/85.

VALDIR AZEVEDO era uma incontestável liderança estudantil e um defensor dos direitos do jovem. Dedicava-se com todo empenho na defesa das propostas do PMDB e seu desaparecimento deixará uma lacuna irreparável em Cambé.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) FIORI LUIZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração nos Anais dos presentes trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ROGÉRIO BEVERVANSO, ocorrido nesta Capital.

O extinto era pessoa grandemente relacionada na cidade de Guaratuba, onde residia e tinha um rol de grandes amizades e com o seu passamento consternou aqueles que o conheciam e principalmente sua viúva Dona Julita Bevervanso e uma filha que choram o seu desaparecimento tão prematuro.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa da Senhora Julita, à Avenida Paraná, S/N - Guaratuba-PR.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, a consagração de um voto de pesar pelo falecimento do senhor ADRIANO PIRES, do município de PORTO RICO.

REQUER ainda, dar-se ciência da decisão da Casa, à família enlutada, através de expediente ao senhor Prefeito Municipal de Porto Rico.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento do senhor ADRIANO PIRES deixa uma lacuna que jamais será preenchida no seio de seus familiares e da legião de amigos, pois, com sua marcante personalidade, irradiava simpatia, serenidade, e, com seu espírito de luta, infundia confiança a todos aqueles que tiveram a suprema ventura de desfrutar do seu convívio. Labutando por toda uma vida nas lides agrícolas, contribuiu de forma relevante para minimizar as injustiças sociais, direcionando as suas atividades em benefício dos mais humildes e dos menos favorecidos pela sorte.

Em virtude da dignidade com que soube

viver, a população de PORTO RICO terá sempre viva na lembrança, o exemplo do seu trabalho honrado e justo, com o qual sempre concorreu para o engrandecimento desse Município no cenário estadual.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, pertencentes a todos os partidos com representação nesta Casa, considerando que a crise econômica que abala o País, longe de estar debelada, haverá de requerer longos períodos de sacrifícios, tanto para as classes empresariais, como para os assalariados; considerando que a recessão econômica apenas poderá ser debelada com a saúde financeira não apenas do Estado como de todos aqueles que contribuem com o seu esforço para que o Produto Nacional Bruto venha a crescer em condições compatíveis com as nossas possibilidades e com a economia mundial; e, considerando finalmente, que um desafogo daqueles que contribuem efetivamente para a arrecadação estadual viria beneficiar, direta e indiretamente, tanto as classes patronais como aos assalariados em geral, REQUEREM, que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com a urgência possível, encaminhe a esta Casa o Projeto de Lei concedendo anistia fiscal, aos contribuintes do Estado do Paraná.

Tal medida, que, sem dúvida, se revestiria do mais amplo alcance econômico e social e estaria, contribuindo de maneira decisiva para proporcionar, por outro lado, e para o futuro, uma melhoria da arrecadação estadual, para que possamos enfrentar os compromissos que assumimos com o advento da Nova República.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(aa) Anibal Khury, Homero Oguido, Basílio Zanusso, Aírton Cordeiro, Tadeu Lúcio Machado, Osvaldo Alencar Furtado, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Djalma de Almeida César, Péricles Pacheco, Gilberto Carvalho, Caíto Quintana, Wilson Fortes, Nilso Sguarezi, Sabino Campos, Hermas Brandão, Amélia Hruschka, Nelson Buffara, Antonio Belinati, Ferrari Júnior, Werner Wanderer, Márcio Almeida, Augusto Carneiro, Gernote Kirinus, Eduardo Baggio, Francisco Escorsin, Paulo Furiatti, Edgard Pimentel, Orlando Pessuti, Donato Gulin, Erondy Silvério, Artagão Mattos Leão, Jorge Maia Filho, Antônio Annibelli, José Antônio Fonseca, Ezequias Losso, Quielse Crisóstomo e Ivan Gubert.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado

na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Federação das Entidades de Servidores Públicos do Paraná - FESPEP, na pessoa do seu Presidente, Professor Isaias Ogliari, pela aprovação da filiação dessa Entidade dos Servidores Públicos Paranaenses à Confederação dos Servidores Públicos do Paraná, referendada pelo Conselho de Representantes da CSPB.

A FESPEP, constituída pelas Entidades de Servidores Públicos do Paraná, vem consolidando sua presença no cenário estadual como órgão representativo da categoria de servidores públicos, através de uma atuação equilibrada e apoiada nas grandes entidades de primeiro grau, como a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, a Associação dos Professores do Paraná e, no caso do Legislativo, a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eis porque se justifica nosso requerimento.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação e registro em ata da presente sessão, de votos de congratulações e cumprimentos, expressos aos eminentes representantes legislativos municipais do nosso Estado, pela magna data que assinala a 1.º de outubro o "Dia Nacional do Vereador", pelo alto significado e representação dessa ilustre figura à estrutura política nacional.

Desta decisão, REQUER, seja dada ciência à Presidência das Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamenar que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos, de hoje, um voto de regozijo e parabéns pela fundação e posse da PRIMEIRA DIRETORIA da Associação dos representantes Comerciais do Paraná.

REQUER, outrossim, que a decisão da Mesa seja dada ciência à entidade por intermédio do seu Presidente, no seguinte endereço:

Senhor Sérgio Tadeu Monteiro de Almeida  
R: Ébano Pereira, 11 - 20.º andar -  
Conj. 2002  
N/CAPITAL.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário seria enaltecer a importância do destemido representante comercial que no afã do seu ganha pão, promoveu e promove um intercâmbio de inestimável valor em todo o nosso Estado. É o representante comercial que diante das inúmeras dificuldades propostas pela profissão intermedeia a indústria e a sociedade de consumo proporcionando aos mais longínquos lugares o direito de conhecer e desfrutar dos bens produzidos nos grandes centros.

É ele, com seu jeito afável e alegre que produz riquezas e interliga o sentrião pranaense.

Hoje, com quase 25.000 componentes, a Associação dos Representantes Comerciais do Paraná é muito mais do que um significativo peso no contexto sócio - político - econômico do nosso Estado, é acima de tudo, um conjunto, uma somatória de almas e pensamentos que na união do trabalho e da honestidade, orgulham e engrandecem o Estado que eles ajudaram a construir, viu nascer os seus filhos e certamente saberá reconhecer seus feitos, servindo-lhes de berço e de amparo.

Pelo exposto e, por muito mais que valoriza o destemido representante comercial, justifica-se o nosso requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de louvor ao professor SANSÃO JOSÉ LOUREIRO, pelo seu despreendimento e alto espírito público, demonstrado quando da doação feita de 1.200 exemplares de livros de sua biblioteca particular, todos não constantes do catálogo da Biblioteca Pública do Paraná, e que por certo enriquecerão sobremaneira o acervo daquele órgão.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUDESUL-Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, através do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior, no sentido da liberação de recursos orçamentários para a execução dos trabalhos relativos à ampliação da rede de galerias pluviais na municipalidade de Campo Mourão.

É de fundamental importância o atendimento, por parte dessa Superintendência,

do presente requerimento, visto tratar-se de solicitação que objetiva, sobretudo, a realização de obras cujo alcance social é algo inquestionável.

Ademais, a intenção da Prefeitura Municipal, conforme informa o Excelentíssimo Senhor José Pochapski, é que tais obras atinjam principalmente várias regiões periféricas da cidade, que aos poucos vêm sendo tratadas com maior atenção, adianta o referido Chefe do Executivo Municipal de Campo Mourão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais. REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oriciado ao Ilustríssimo Senhor Doutor José Maria Pinto, Diretor da Área Psicotécnica, do DETRAN- PR. solicitando a designação de uma Comissão para exames de psicotécnico no Município de Mandaguáçu, através da Segurança Pública.

Esta é uma justa reivindicação do Vereador Geraldo Martelozzi, que sente a necessidade em contato com a população dessa comissão para o referido exame, conforme documentos anexo.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

Estado do Paraná

Ofício n. 132/85

Mandaguáçu, 13 de setembro de 1985.

Prezado Senhor:

Em anexo ao presente, estamos encaminhando cópia do Requerimento n. 19/85, de autoria do vereador GERALDO MARTELOZZI, aprovado por unanimidade dos vereadores, componentes deste Órgão Legislativo, em Sessão Ordinária realizada no dia 12.09.85.

Na certeza de podermos contar com o apoio e a colaboração de Vossa Senhoria, junto a reivindicação ora formulada, desde já antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente

FLÁVIO GONÇALVES DO NASCIMENTO

Presidente

Ilmo.Sr.

Dr. José Maria Pinto

DD. Chefe de Área Psicotécnica

no Estado do Paraná

CURITIBA-PR.

REQUERIMENTO N. 19/85

Apresentado em 05.09.85.

#### ATENDIDO - OFÍCIO N.

Autoria do Vereador GERALDO MARTELOZZI

TEOR DO REQUERIMENTO

EXMO.SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

O Vereador que o presente subscreve, com base no artigo 120, item VII do Regimento Interno desta Casa de Leis, vem a presença de Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, REQUERER seja oficiado ao Dr. JOSÉ MARIA PINTO, Chefe da Área Psicotécnica no Estado do Paraná, em Curitiba, solicitando. do mesmo, a designação de uma Comissão para exame de psicotécnico, em nossa cidade.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 1985

(a) GERALDO MARTELOZZI

Vereador.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da EBCT Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, encarecendo a instalação de novas caixas coletoras de correspondências na Municipalidade de Janiópolis.

Recentemente, quando da realização de mais uma Sessão da Câmara Municipal, dentre diversos encaminhamentos apresentados, incluiu-se também expediente de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Doutor Mauri Montenegro. Trata-se da instalação de novas caixas de coleta de correspondências. Segundo aquele nobre integrante do Poder Legislativo de Janiópolis, é de fundamental importância tal solicitação, visto que, nos dias de hoje, a população tem enfrentado alguns transtornos, ante a deficiência existente.

Por tratar-se de uma justa reivindicação, espera-se, deste modo, o encaminhamento que se fizer necessário, objetivando, num menor espaço de tempo possível, tornar realidade o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR- Telecomunicações do Paraná, no intuito da ampliação, o mais breve possível, da rede de telefonia na Municipalidade de Iretama.

O Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal daquela cidade, vem, já há bastante tempo, gerenciando junto à essa Companhia a ampliação do sistema de telefonia em Iretama, a fim de dotá-la de tal estrutura de modo adequado ao seu desenvolvimento verificado.

Ademais, face às necessidades, já estão inscritos 132 pessoas (física ou jurídica) devendo este interesse, desde que se confirme a ampliação do sistema, aumentar mais ainda.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a destinação de pedriscos para o pátio da Escola Vila Rica do Espírito Santo, localizada na Municipalidade de Fênix.

A presente solicitação fundamenta-se em manifestação conjunta dos Vereadores e do Diretório Municipal do partido do Movimento Democrático. Segundo os mesmos, é de fundamental importância a colocação de pedriscos no pátio do referido estabelecimento de ensino, visto que, atualmente o trânsito, bem como a segurança dos seus frequentadores, fica por vezes comprometida (notadamente nos dias chuvosos).

Neste sentido, não tendo condições próprias para custear a pretendida realização, a Escola Vila Rica do Espírito Santo necessita do apoio dessa Pasta, sem o qual, conforme adiantam Vereadores e o Diretório do PMDB, será impossível concretizar o que ora é solicitado.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, encarecendo a assinatura de um convênio a fim de permitir o desenvolvimento da atividade esportiva na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O aludido convênio destina a atender os moradores do Conjunto Habitacional Mário Pinheiro Costa. O referido núcleo, cujas residências foram construídas pela COHAPAR, é formado basicamente por famílias de relativo poder aquisitivo.

Ademais, conforme salienta a Ilustrís-

sima Senhora Noemia Ana da Silva, que preside a Associação de Moradores lá existente, o Conjunto não dispõe de nenhum local onde a juventude especialmente possa desenvolver suas aptidões para com o desporto.

Face a exposição de motivos, espera-se dessa Pasta, o encaminhamento de medidas que venham de encontro aos verdadeiros anseios dos moradores do Conjunto Habitacional Mário Pinheiros Costa, na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura no intuito da agilização do Programa de Manejo Integrado de Solos referente a Municipalidade de Boa Esperança.

Grande é parcela de proprietários rurais que está a exigir a agilização dos trabalhos concernentes ao Programa de Manejo Integrado de Solos. Através do mesmo será possível, efetivamente, pôr em prática uma série de medidas, principalmente no que diz respeito a implantação de micro-bacias, bem como a melhorias das condições das vias de leito natural existentes.

Neste sentido, de acordo com a iniciativa do Ilustríssimo Senhor Florisvaldo X. de Oliveira, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, faz-se necessário a adoção de medidas que possibilitem beneficiar toda aquela rica e imensa região, conforme exposto acima.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado a que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, na representação do pensamento de pais e educadores inconformados com a onda de imoralidade que afeta a nossa sociedade, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ministro, Deputado Fernando Lyra, dirigindo-lhe veemente apelo no sentido de serem tomadas enérgicas providências para evitar que revistas pornográficas, espetáculos teatrais, filmes e novelas tentatórias à moral e aos bons costumes, sejam liberados em favor de exploradores que, através de propaganda persuasiva, geram o consumismo do público.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja enviado expediente ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no sentido de apelar para que em adendo ao anteprojeto de Lei, remetido ao Governo do Estado, seja proposta, também, a criação da Comarca de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985.

(a) NELSON BUFFARA.

Apoiammento: Anibal Khury.

**JUSTIFICATIVA:**

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná remeteu recentemente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, anteprojeto de lei emendando o vigente Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, onde está incluída a criação de algumas Comarcas.

No entanto, lamentavelmente, não foi inserida a criação da Comarca de Guaratuba, polo turístico expressivo do Paraná, que conta, ademais, com significativo número de habitantes efetivos.

Na realidade, a cidade de Guaratuba, está distante 111 quilômetros da sede atual da Comarca a que pertence. São José dos Pinhais, dificultando a prestação jurisdicional; além disso, conta o município, além da sede, com o distrito de Pedra Branca de Araraquara, e dele são oriundos inúmeros feitos em tramitação na Comarca.

Além do mais, se for agregado o município de Matinhos para compor a COMARCA DE GUARATUBA, sua população residente permanentemente ultrapassa de trinta mil habitantes - o que por si só, externa a viabilidade da criação e da instalação da Comarca.

Em vista disso é que, refletindo os anseios da população local, se propõe com o máximo respeito ao Tribunal de Justiça que, em adendo ao anteprojeto de lei remetido ao Governo do Estado, seja proposta, também a criação da Comarca de Guaratuba.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando seja restaurada autorização concedida à Empresa de Navegação, Fluvial Moura Andrade Ltda., para operar linha de navegação de travessia, entre as cidades de Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS).

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

**JUSTIFICATIVA:**

A travessia do Rio Paraná, entre Guaíra (PR) e Mundo Novo (MS), vinha sendo operada por seis (6) balsas.

Despacho do Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, de 22.08.85, D.O.U., de 13.09.85, cancelou autorização concedida há 4 anos à Empresa de Navegação Fluvial Moura Andrade Ltda., para operar referida linha de travessia.

A medida, fundamentada em Pareceres da Consultoria Jurídica do MT e da Coordenação da Marinha Mercante, decorreu de pedido da firma concorrente F. Andreis e Cia Ltda, que passou a operar com exclusividade a linha em questão.

Ora, a restauração da autorização revogada se impoe, não só pelo injusto monopólio criado, como também pelos transtornos que estão se verificando no serviço, agora reduzido a apenas três (3) balsas.

Além do mais, adotada em época pré-eleitoral, a medida vem gerando discussões e contravérsias, com inegáveis prejuízos à cidade e à região de Guaíra.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Excelentíssima Professora Gilda Poli, MD. Secretária de Estado da Educação, solicitando estabilidade aos professores CLT, e com aulas extraordinárias com dois ou mais anos de serviços prestados ao Estado, e concurso de ingresso no Magistério até janeiro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

A garantia de trabalho aos professores celestistas e com aulas extraordinárias no Estado discrimina um importante segmento da classe, formado por aqueles que prestam serviços com dois ou mais anos. O Estatuto do Magistério é claro ao se referir à realização de concursos a cada dois anos, em razão da necessidade de reciclagem e admissão de novos professores diante do aumento do número de estabelecimentos de ensino. Entretanto, isso não vem sendo feito pelo Estado.

Por todos esses motivos, devidamente apresentados pela APP- Associação dos Professores do Paraná, núcleo de Campo Mourão, acompanhados de abaixo-assinado contendo centenas de assinaturas de professores de Campo Mourão e cidades da região, entendemos como justas e devidamente legais as referidas reivindicações.

**REQUERIMENTO**



Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, solicitando a melhoria da gratificação atribuída aos "Agentes Voluntários" do Movimento Brasileiro de Alfabetização- MOBRAL, de forma a compatibilizá-la com a realidade do custo de vida e com a importância da missão desempenhada por esses servidores.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1985

(a) IVAN GUBERT.

#### JUSTIFICATIVA:

Não se pode ignorar a importância do trabalho desenvolvido pelo MOBRAL, mormente, quando se sabe que existem no País 8 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola, e que o número de adultos analfabetos se eleva a 18 milhões.

Por outro lado, sabe-se que o Ministério da Educação procura, atualmente, redirecionar o trabalho do MOBRAL, visando adequá-lo a essa realidade.

Para tanto, é indispensável que se dê aos seus professores, chamados "Agentes Voluntários", uma contraprestação à altura da tarefa que realizam, uma vez que, a título de gratificação, recebem apenas o correspondente a duas e meia horas-aula, diárias. Em termos de custo de vida, não chegam eles a perceber sequer um salário mínimo mensal, o que só é conquistado mediante complementação por parte da maioria das Prefeituras.

Agora, porém, considerando o reforço que terá o orçamento do MEC, face à Emenda Calmon, atribuindo-lhe 13% da receita da União, poderia o Ministério melhorar a referida gratificação, elevando-se pelo menos aos níveis do salário mínimo, entendido como tal o custo-dia e não o custo-hora, como atualmente ocorre.

A medida, além de justa, por certo ensegaria aos "Agentes do MOBRAL" mais alento no desempenho de sua nobre e patriótica tarefa.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N. 245/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, à Federação Paranaense de Futebol, auxílio no valor de CR\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) destinados à aplicação em obras do Estádio do Pinheirão.

Art. 2.º - Para as despesas com a execução da presente lei, fica o Poder Executi-

vo autorizado a transferir verbas consignadas no Orçamento Geral do Estado, para o setor da Administração Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Futebol, na atual gestão do presidente Oneireves Nilo Rolim de Moura, está resgatando um importante compromisso com os que acreditaram na execução das obras do Estádio Pinheirão. Empreendimento indiscutivelmente polêmico, que há anos se arrasta sem soluções objetivas, o Pinheirão foi recentemente ativado, mesmo que incompleto e inacabado. Melhor do que deixá-lo ao sabor da ação do tempo, danificando as instalações que já se encontram em condição de uso. Compradores de cadeiras especiais e de espaços para estacionamento de veículos sustentaram os primeiros impulsos dessa obra para servir o futebol do Paraná. Os esforços da atual administração da Federação Paranaense de Futebol revelam segura visão das necessidades do momento paranaense, pela recente conquista do Curitiba, sagrando-se campeão brasileiro. Desafiados tantas vezes, o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, nunca se dispuseram a ajudar objetivamente a execução dessa obra. O objetivo do atual plano de lei é simplesmente viabilizar o funcionamento do Pinheirão dentro dos seus limites atuais, melhorando as instalações que já estão sendo utilizadas. Aumentar o conforto, reduzindo, conseqüentemente, os pontos de estrangulamento do estádio. A participação do poder estadual, nos termos deste projeto, é apenas uma ínfima colaboração ao nosso esporte, especialmente um apoio ao trabalho, à coragem e à dedicação dos que assumiram o desafio de erguer em Curitiba mais um estádio para atender a expansão técnica e profissional do futebol paranaense.

#### PROJETO DE LEI N. 246/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, à Associação Saza Lattes, auxílio financeiro no valor de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinados a aplicação em obras sociais daquela Associação.

Art. 2.º - Para as despesas com a execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a transferir verbas consignadas no Orçamento Geral do Estado para o setor da Administração Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) AIRTON CORDEIRO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, com sede em Curitiba, atende aproximadamente 40 mil pessoas carentes. Suas fontes de recursos são provenientes de convênio com o INAMPS e doações, o que é insuficiente para satisfazer as suas necessidades, mesmo para manter os seus 200 funcionários. A Câmara Municipal de Curitiba e a Assembléia Legislativa do Paraná tem revelado suas profundas preocupações com a situação da Saza Lattes, sem exagero, em estado pré-falimentar. A Entidade mantém 21 postos de atendimento na Capital, mas, lamentavelmente, por falta de recursos, já foram fechados três: Boqueirão, Pinheirinho e Botiaturinha, localizados em bairros de alta densidade demográfica. Socorrer a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Saza Lattes, é uma imposição social, a que os Senhores Deputados não podem negar, considerando o trabalho altamente meritório das pessoas envolvidas em sua obra de caridade. Os curitibanos têm acompanhado as declarações da Senhora Marisa Soares de Azevedo, apelando à comunidade em busca de soluções para tantas dificuldades. É fato público a desatenção dos poderes do Estado e do Município, sobretudo, porque se sabe que ao desenvolver sua tarefa social a Saza Lattes está atuando supletivamente, assumindo encargos que deveriam ser em sua totalidade do poder público. Ao formalizar projeto de lei de tamanha magnitude, apenas cumpro uma das atribuições dos Senhores Parlamentares, esperando que esta matéria de relevante alcance social seja aprovada pelos Senhores Deputados e sancionada pelo Governador do Estado.

**PROJETO DE LEI N. 247/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Industrial, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Parque Industrial, está devidamente registrada em Cartório de Registro de Pes-

soas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

**PROJETO DE LEI N. 248/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tatuquara, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Moradores e Amigos da Vila Tatuquara, está devidamente registrada em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

**PROJETO DE LEI N. 249/85.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila São José, Vila Dona Fina e Ferraria, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila São José, Vila Dona Fina e Ferraria, está devidamente registrada em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de



atividades anexado a este plano de lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido atendimento e posterior aprovação.

#### PROJETO DE LEI N. 250/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Núcleo Habitacional Osvaldo Cruz I, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01/10/85.

(a) ROBERTO REQUIÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Núcleo Habitacional Osvaldo Cruz I, está devidamente registrada em cartório de Registro de Pessoas Jurídicas e 1.º Registro de Títulos e Documentos e serve desinteressadamente a coletividade, conforme vem demonstrar o relatório de atividades anexado a este Plano de Lei, cumprindo assim, as exigências da legislação pertinente à matéria de Utilidade Pública.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta esperando que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Francisco Escorsin.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"A população de Guaíra, já castigada de forma brutal pelo fechamento da barragem de Itaipu, que fez desaparecer sob as águas as maravilhas de Sete Quedas, está agora passando por nova provação.

Desta vez, o problema decorre de ato do Ministério dos Transportes que, agindo não se sabe em função de quem, simplesmente eliminou a concorrência até então existente no transporte de carga e passageiros de uma a outra margem do Rio Paraná.

Pelo despacho datado de 22 de agosto último, publicado no Diário Oficial da União de 13 de setembro, foi simplesmente cancelada a autorização concedida 4 anos antes à MECA - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL MOURA ANDRADE LIMITADA, que operava com três balsas na travessia entre Guaíra e a cidade de Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul.

A medida, pelas suas repercussões negativas, vem provocando polêmica e muito descontentamento em Guaíra e na região.

E não é de se estranhar que isso aconteça. Afinal de contas, a empresa cassada vinha transportar de média 450 veículos por dia, na travessia Paraná-Mato Grosso do Sul,

segundo seu Diretor, José Bello. Com a paralisação de suas atividades, ficou com a firma F. ANDREIS a responsabilidade exclusiva do transporte, criando-se um monopólio inadmissível. Além do mais, o serviço passou a não atender o grande fluxo de veículos, especialmente de carga, gerando congestionamentos e, como é natural, provocando inevitáveis prejuízos e descontentamentos.

Senhor Presidente, é vez corrente em Guaíra, por outro lado, que a cassação da empresa MECA envolveria interesses políticos, ainda não bem explicados.

Ora, tudo isso é muito desagradável, principalmente se considerarmos que estamos em plena campanha eleitoral naquele município, e que qualquer ato que possa provocar dúvidas quanto à sua legitimidade, acaba se transformando em fonte de controvérsias, quando não de exploração política.

É exatamente essa a preocupação que me faz trazer o problema ao conhecimento e à consideração desta Casa.

Na verdade, não é minha intenção fomentar polêmica ou procurar conturbar o clima político-eleitoral de Guaíra, onde a campanha vem se desenvolvendo normalmente, e onde o PFL tem grandes chances de eleger prefeito, o companheiro FERNANDES QUINTAS.

Mas, o faço com a intenção de denunciar um fato inegavelmente estranho e que vem trazendo prejuízos à cidade e à região, por criar um monopólio indesejável, num setor onde a concorrência é necessária e até indesejável.

Por essa razão, estou propondo à Casa o envio de expediente ao Ministério dos Transportes, solicitando a reconsideração da medida que resultou no cancelamento da autorização concedida à Empresa Moura Andrade Limitada para operar na travessia do Rio Paraná, entre Guaíra e Mundo Novo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, digo orientador de nossa política, Anibal Khury;

Senhores, Senhoras que compõem a Mesa desta Assembléia Legislativa; Deputados, meus companheiros de bancada, amigos.

Neste instante queríamos apenas fazer um reparo, Sr. Presidente, não um reparo, uma estranheza, Srs. Deputados, como diz o Deputado Anibal Khury, sobre o indito Deputado Léo de Almeida Neves, homem que foi orientador da política de Abilón de Souza Naves do qual nós éramos soldados, homem como um diamante sem jaça, homem das reservas morais, que o Paraná tinha no Banco do Brasil, e depois disso, ao se atrelar na campanha transparente do PMDB, foi guinado ao mais alto cargo do BANESTADO, e "aposmente", como dizia "Odorico Paraguaçu", foi aliado destas funções, de uma função, no momento histórico em que o Paraná, não o compreendeu, em que os políticos não o compreenderam, e nós ficamos a pensar e a sofismar, se fora por corrupção, se fora por falta de capacidade para dirigir o complexo do BANESTADO, no seu Partido, o PMDB, do qual fora aliado, do qual saiu ou saiu, como "cachorro que cai da mudança", como "cego em tirotaio".

Depois é "aposmente", Sr. Presidente, volta a rastejar, saindo de um Partido do qual foi fundador, ao ver seus interesses feridos. Este homem que nós admirávamos, que nós conhecíamos desde Abilón de Souza Naves, volta rastejando, a pedir, traindo seus companheiros, traindo os ideais do verdadeiro

trabalhismo; volta para o ninho dos homens que estão mandando no Paraná.

Fu pergunto, deixo uma pergunta, Sr. Presidente ao inclito Suplente Léo de Almeida Neves: Onde está a moral da estória?

Este homem que ficou num " suspense ", na suspeita do povo paranaense, foi aliado do Banco do Estado por incompetência ou por corrupção?

Estas, não são minhas palavras; são palavras dos companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro, de Abilon de Souza Naves, talvez, ao ver seus interesses feridos, talvez, imprensa do meu Paraná, este moço desvirtuou-se. Porque diz o ditado: " Que cada homem tem seu preço. " Talvez, o preço fora acertado para a volta rastejante, para a volta maculada do homem que não tem força moral para ir à tribuna para defender o PMDB.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por diversas vezes ocupei a tribuna desta Assembléia Legislativa, para discordar da licenciosidade cada vez mais acentuada em nosso País. Na Câmara Municipal de Curitiba, o Vereador Santiago Losso também insiste no protesto contra a desenfreada abertura na liberação de produções ditas artísticas.

Com certa frustração, constatamos, porém, que as manifestações não têm impressionado as autoridades competentes, para decidir pela cessação dos abusos. Talvez, isso aconteça, porque tais autoridades não se encontram na área estadual ou municipal, mas sim, no âmbito federal, mais precisamente no Conselho Federal de Censura.

Enquanto o nudismo é ressaltado em espetáculos teatrais, filmes e respectivos cartazes-convites, as revistas pornográficas, cada vez mais ousadas, são livremente expostas nas bancas em meio a jornais e revistas informativas e formativas de opinião e o Ministério da Justiça, permanece, pelo menos, indiferente. Os membros do Conselho Federal de Censura da Nova República, por sua vez, proclamam em alto e bom som, que agora é proibido proibir em termos governamentais. Alegam caber, tão somente, aos indivíduos exercer em relação a si e seus familiares, a crítica sobre obras veiculadas por diferentes meio de divulgação.

Se esta tese vale para matérias de cunho político não é justificável nas que se relacionam com a moral e os bons costumes. Nestas, o intervencionismo governamental deve ser exercido até por obrigação legal. Assim, os órgãos federais que têm a incumbência de censurar determinadas produções, não têm o direito de ficarem omissos. Devem exercer seu mister, conscienciosamente, buscando subsídios históricos, sociais, educacionais e espirituais neste caso, as abalizadas opiniões de teólogos.

Estas deduções levam-se a propor à consideração da Casa o seguinte requerimento: (Lê)

" O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, na representação do pagamento de pais e educadores inconformados com a onda de imoralidade que afeta a nossa sociedade, REQUER, ouvido Plenário, seja encaminhado ao Ministro da Justiça, Deputado Fernando Lira, expediente dirigindo-lhe veemente apelo, no sentido

de serem tomadas enérgicas providências para evitar que revistas pornográficas, espetáculos teatrais, filmes e novelas atentatórias aos bons costumes sejam liberadas em favor de exploradores que, através de propaganda persuasiva, geram o consumismo do público " .

Muito Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente. Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo pela primeira vez a tribuna desta Casa destinada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Tomo as minhas primeiras iniciativas nesta agremiação que me acolheu, trazendo o meu testemunho de respeito e de consideração aos meus companheiros de sempre e que integram a Bancada do Partido Democrático Social. Trago o meu reconhecimento aos meus companheiros que, antes da minha iniciativa, deixaram a agremiação de origem e foram constituir a Bancada da Frente Liberal, e eu trago a minha manifestação de amizade ao único Deputado integrante da Bancada do PDT.

O momento nacional enseja mudanças partidárias, possibilita o surgimento de novas siglas; o momento político nacional possibilita a revisão de posições.

Eu optei pelo PMDB, e o faço não apenas como decisão pessoal isolada ou solitária; não tomei esta decisão sem antes consultar empresários, lideranças sindicais, amigos da imprensa em geral, eu consultei vereadores, consultei prefeitos, ex-vereadores, eu ouvi a

minha comunidade regional e, em particular, a minha comunidade de Ponta Grossa. Lá existe o exemplo: O Governo Municipal que se instalou em 1982 alega e satisfaz o povo, da mesma forma como o Governo Estadual deu certo.

Não temo fazer oposição a governos que deram certo, não foi a preocupação com as eleições de 86 em face de dois bons governos, o estadual e o municipal da minha cidade, que me fez escolher o PMDB.

Devo dizer de que tenho a mesma disposição que sempre tive porque vejo no Estatuto do meu Partido e no Estatuto do Partido que ora me acolhe os mesmos propósitos: são iguais em suas essências, diferentes na forma e diferentes no estilo, mas buscam ambos o bem comum.

Quero aqui salientar o convite que recebi do Governador José Richa, do Senador Alvaro Dias, Presidente do Diretório Regional do PMDB, o convite que recebi do Prefeito Otto Cunha, de Ponta Grossa, que recebi do Secretário da Administração José Olímpio de Paula Xavier a anuência dos Prefeitos do PDS, da Frente Liberal, do PMDB e que integram a grande Região do pólo de influência de Ponta Grossa; as manifestações dos Deputados Caio Quintana, Nilso Sguarezi, Edmar Luiz Costa e tantos outros que me acolhem agora no PMDB.

O nosso propósito é exatamente corresponder à expectativa destes convites na certeza de que o nosso convívio, nesta fase delicada da vida nacional, será, sem dúvida alguma, expressiva, porque esta é a minha intenção. Prazo aos céus que alcance os resultados desejados e que possa, com a atitude que agora adoto, receber o reconhecimento da parcela expressiva de de eleitores que sufragaram o meu nome nas eleições de 1982.

Não tenho dúvidas que a Região dos Campos Gerais, que cresceu economicamente, que aumentou a sua densidade demográfica, se vê agora, por esta atitude que ajude a tomar, consideravelmente fortalecida no plano político.

Obrigado a todos. A minha proposta, a que trago, é que venho em missão de paz, em favor do Poder Legislativo. (Palmas).

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT – Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

“ Acompanhamos com grande interesse a preocupação do Ministro Marco Maciel, da Educação, em redirecionar o trabalho desenvolvido pelo MOBRAL em todo o País.

Sabemos, ao mesmo tempo, que ao movimento brasileiro de alfabetização está reservado destacado papel na ampliação e melhoria do ensino elementar brasileiro, especialmente no que respeita à eliminação dessa terrível chaga social que é o analfabetismo.

Assustam-nos, por outro lado, os números mencionados pelo próprio presidente do MOBRAL, nos dando conta de que temos 8 milhões de crianças entre 7 e 14 anos fora da escola; 18 milhões de adultos analfabetos; milhões de analfabetos funcionais”, isto é, semi-alfabetizados.

Alterar esse quadro não será fácil. Mas, empenho e desejo de transformá-lo é o que nos parece não faltar.

Justamente por isso, entendemos que terão papel fundamental nessa gigantesca tarefa aqueles que, de forma direta, emprestam sua colaboração ao MOBRAL, ou sejam, os chamados “Agentes Voluntários”, aqueles que dão o primeiro combate ao analfabetismo, procurando erradicá-lo.

Pois, esses “agentes” não são considerados funcionários do MOBRAL. Não recebem salário, mas apenas uma “gratificação”, correspondente a duas e meia horas-aula, diárias. Com isso, em termos de custo-dia, não chegam a perceber sequer o salário mínimo pelo trabalho que desenvolvem como verdadeiro sacerdócio.

No Paraná, tal situação é, em parte, minorada pela ajuda das prefeituras municipais que, em sua maioria, complementam o míngua ganho desses professores ou “agentes”.

Mesmo assim, cria-se uma situação de instabilidade, não se proporcionando a esses dedicados servidores que quase nada além de uma retribuição pelas despesas com transportes.

Dai, o apelo que ora fazemos ao Ministro Marco Maciel, a quem, estamos certos, não faltará sensibilidade para entender e acolher o justo anseio daqueles que servem ao MOBRAL e que, só no Paraná, chegam, a quase 5 mil.

Apelo, no sentido de que seja melhorada a gratificação atribuída a esses servidores, de forma a se elevá-la, pelo menos, aos níveis do salário mínimo, entendido como tal o custo-dia e não o custo-hora, como atualmente ocorre.

Trata-se de medida justa e, ao mesmo tempo, fundamental, quando se quer transformar o MOBRAL em “BRAÇO NÃO-FORMAL DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO COMBATE AO ANALFABETISMO”, conforme palavras de seu Presidente, ao definir a alfabetização como “o processo ao fim do qual o aluno saiba ler, compreender, escrever e fazer as quatro operações básicas”.

Sabe-se que o orçamento do MOBRAL provém, em 98 por cento, de contribuição do empresariado, mediante opção no recolhimento de parte do imposto de renda das pessoas jurídicas. Assim, se o Ministério da Educação, agora beneficiado pela “Emenda Calmon”, que lhe vai proporcionar 13 por cento da receita orçamentária da União, destinar apenas uma pequena parcela a mais, ao MOBRAL, a gratificação dos “Agentes Voluntários” também poderá ser melhorada, ganhando eles novo ânimo no desempenho de sua nobre missão.

É esse o sentido do apelo que ora fazemos, propondo o envio de expediente ao Ministro da Educação, encarecendo o atendimento à reivindicação do pessoal do MOBRAL”.

O requerimento que apresento tem o seguinte teor, Sr. Presidente:

“O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, solicitando a melhoria da gratificação atribuída aos “Agentes Voluntários” do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, de forma a compatibilizá-la com a realidade do custo de vida e com a importância da missão desempenhada por esses servidores.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1985.

#### JUSTIFICATIVA:

Não se pode ignorar a importância do trabalho desenvolvido pelo MOBRAL, mormente quando se sabe que existem no País 8 milhões de crianças entre 7 a 14 anos fora da escola, e que o número de adultos analfabetos se eleva a 18 milhões.

Por outro lado, sabe-se que o Ministério da Educação procura, atualmente, redirecionar o trabalho do MOBRAL, visando adequá-lo a essa realidade.

Para tanto, é indispensável que se dê aos seus professores, chamados “Agentes Voluntários”

uma contraprestação à altura da tarefa que realizam, uma vez que, a título de gratificação, recebem apenas o correspondente a duas e meia horas-aula, diárias. Em termos de custo-dia, não chegam eles a perceber sequer um salário mínimo mensal, o que só é conseguido mediante complementação por parte da maioria das Prefeituras.

Agora, porém, considerando que terá o orçamento do MEC, face à Emenda Calmon, atribuindo-lhe 13 por cento da receita da União, poderia o Ministério melhorar a referida gratificação, elevando-se pelo menos aos níveis do salário mínimo, entendido como tal o custo-dia e não o custo-hora, como atualmente ocorre.

A medida, além de justa, por certo ensejaria aos “Agentes” do MOBRAL mais alento no desempenho de sua nobre e patriótica tarefa”.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Passo à leitura do inteiro teor do documento “Carta Aberta” que hoje dirigimos nesta data aos partidos políticos e candidatos a Prefeito de Curitiba, que vêm, já de algum tempo, discutindo os seus pontos de unidade em torno das plataformas político-administrativas que concorrem às eleições em novembro próximo.

Faço referência no início da Carta Aberta a um

trecho de discurso proferido pelo Excelentíssimo Sr. Governador José Richa no último dia 5 de setembro, que leio. (Lê):

"Vamos lutar juntos (...) é hora de esquecer divergências pessoais, divergências pequenas e até mesmo ideológicas, para pensar no futuro do Brasil, pelo qual nem bem começamos a lutar".

Governador José Richa, em 5 de novembro de 1985.

As próximas eleições de 15 de novembro são, formalmente, eleições municipais. Na verdade, são eleições nacionais, plebiscitárias, que recompõem o tipo de manifestação eleitoral que caracterizou a luta das oposições democráticas contra o regime autoritário.

Quando, há cerca de 40 dias, apresentamos nossa proposta de criação de FRENTE DEMOCRÁTICA DE CURITIBA, fundamentávamos nossa justificativa na interpretação de um quadro político em que tomavam corpo as articulações das forças conservadoras do passado com vistas a dificultar/inviabilizar a transição democráticas. Naquele momento nossa concepção do papel a ser cumprido por uma aliança das forças políticas locais, resumia-se a um processo de integração das suas propostas político-administrativas para o Município de Curitiba, sem questionar necessariamente as várias candidaturas a Prefeito e Vice-Prefeito por elas apresentadas.

Fatos concretos demonstram, como na decisão de setores politicamente atrasados do PFL, em Curitiba, de apoio à candidatura do modernismo conservador, que a direita e o populismo brandem o passado contra o futuro. Essas forças não querem uma nova sociedade, nacional e democrática, porque sabem que nela não terão o poder de controle e de manutenção dos seus privilégios.

Com o desenrolar do processo político-eleitoral e em especial após as recentes decisões do STF e do TSE em não acatar a proposta de dois turnos para as eleições deste ano, tornou-se mais evidente que, para não sermos mais governados pelo passado, precisamos aprofundar a transição numa frente política que inviabilize a sobrevida

das lideranças e forças que deram sustentação ao antigo regime.

Não nos enganemos: a superação das injustiças sociais e a implantação de uma gestão democrática do poder somente adquirirá expressão e viabilidade através da coalizão das forças democráticas, que é não só inevitável como necessária, pois diferentemente da época do bipartidarismo forçado, no pluripartidarismo as coligações, alianças e coalisões são instrumentos legítimos e exigidos pelo povo.

Esta coalisão, concebida e realizada no contexto de uma FRENTE DEMOCRÁTICA DE CURITIBA pode impor à transição no Paraná um processo progressivo, de avanço institucional e de mudanças sociais.

Daí porque volto a me dirigir aos partidos políticos e candidatos à Prefeitura de Curitiba verdadeiramente comprometidos com a consolidação da democracia, para submeter a todos eles esta reavaliação do quadro político e reafirmar a importância de se elaborar uma plataforma unitária de diretrizes político-administrativas para o município de Curitiba.

Tenho convicção que o PMDB, o PT, o PCB, o PDC, o PH, e setores democráticos e progressistas de outros partidos entendem a sinceridade com que nos posicionamos na defesa destes pontos de vista.

O caminho vitorioso da oposição democrática brasileira tem consistido em se compor como frente política que, mesmo adquirindo diferentes contornos nas várias

conjunturas, não deixa de reconhecer e preservar as identidades partidárias. Estas, aliás, a cada dia mais necessárias, conforme se delineia: pluralismo partidário que a sociedade exige. É imprescindível saber compor, nesta nova fase da vida política nacional, os interesses partidários cada vez mais nítidos e ideologicamente deferidos com os interesses sociais de uma política de frente que coligue as forças em que a transição se apoia.

O povo e as forças políticas democráticas de Curitiba e do Paraná caminham rumo a sua unidade para impedir o retorno do autoritarismo disfarçado com uma fachada modernizante conservadora por via da conciliação das elites.

Constituída a FRENTE DEMOCRÁTICA DE CURITIBA, por livre deliberação dos Partidos Políticos, candidatos e por vontade do povo, sua vitória em novembro próximo configurará a grande contribuição do Paraná à consolidação da democracia política brasileira, requisito essencial da construção da democracia econômica e social que a grande maioria da Nação almeja.

Esse documento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados o qual fazemos a entrega nesta data aos candidatos a Prefeito e dirigentes partidários, principalmente desses partidos que nos últimos quarenta dias, vêm mantendo seus encontros regulares, discussão dos pontos de vista e das suas plataformas político-administrativas.

Creio que tenha um papel a cumprir, além dos outros aspectos que a própria campanha eleitoral está deixando claro que já impõe nessas eleições, repito, de cunho nacional e publicitário que são as eleições a Prefeitos de Capital e a Prefeitos ou Vereadores de uma série enorme de municípios brasileiros que tiveram tolhida a sua democracia local nestes últimos vinte e um anos.

A nossa expectativa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é de que o entendimento que se faça nesta nossa iniciativa, tenha a mesma finalidade como foi na época do nosso lançamento inicial, há cerca de quarenta dias da idéia de se discutir em conjunto e agora neste momento, principalmente diante desses fatos ocorridos na sexta-feira e ontem, no caso do Superior Tribunal Eleitoral, que remete a deliberação sobre a eleição em dois turnos somente a partir do ano de 86, inviabilizando na prática a sua aplicação, como era o entendimento de uma série de constitucionalistas, importantes na vida brasileira de que seria de direito já estendido às eleições de novembro próximo.

No entanto, diante desse fato, principalmente desse fato, do não acatamento das eleições em dois turnos para esse ano, é que reavaliemos o quadro político e apresentamos um avanço naquela proposta inicial, propondo concretamente a unidade das forças interessadas em levar adiante na vida administrativa de Curitiba as suas plataformas político-eleitorais.

O segundo assunto que gostaríamos de aproveitar nesse espaço do expediente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é no sentido de apresentar justificativa de uma manifestação, que esperamos venha contar, também esta com o apoio de todos os Deputados desta Casa dirigida à Reitoria e ao Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, no que diz respeito a sucessão que já está em curso dos cargos de Reitor e Vice Reitor.

A Comunidade Universitária Londrinense, professores, alunos e funcionários vêm há meses discutindo e deliberado sobre o processo sucessório de Reitor e Vice-Reitor naquela instituição de ensino. Aprovado inclusive, no final da semana passada, o regimento eleitoral que estipula as datas de cinco de novembro próximo e dezoito de novembro, como as datas do pleito em dois turnos para a escolha do Reitor e Vice-Reitor. No, entanto a administração da Universidade,

em especial o seu Conselho Universitário, que pela Lei n. 5540, ainda em vigor, tem a incumbência de remeter a lista sextupla ao Governador do Estado, para a escolha que se realizará no início do próximo ano, ainda não se manifestou a respeito.

A Universidade Federal do Paraná realizou a uma semana atrás exatamente, na terça-feira da semana passada, uma reunião pública do seu Conselho Universitário. Fato histórico, pela primeira vez ocorrido naquela instituição, quando se deliberou com o direito a palavra a todos os professores, alunos e funcionários, que compareceram àquela histórica reunião. Deliberou sobre os critérios da sucessão eleitoral também, aqui na Universidade Federal do Paraná, que está no seu curso final. E deliberou esse Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, acatando a maioria, quase a integralidade das propostas de critérios eleitorais para a escolha de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Portanto a Universidade Federal do Paraná que historicamente, tem inclusive uma tradição muito maior do que a Universidade Estadual de Londrina, de fechamento às discussões com a sua comunidade, já deu esse passo significativo importante, institucionalizando, oficializando portanto, um processo eleitoral de Reitor e Vice-Reitor, que há anos vem sendo reivindicada pela comunidade universitária e pela sociedade brasileira.

É descabido portanto pensar que na Universidade Estadual de Londrina não se venha a ter, como de resto as demais Universidades Estaduais do Paraná e demais instituições de ensino, não venham a ter o mesmo procedimento. Ainda mais quando se tem em vista as recentes declarações do Sr. Ministro da Educação, Marco Maciel, pronunciando-se favorável à modificação da Lei n. 5540 que estabelece o critério de eleição indireta, via Colégio Eleitoral, através do Conselho Colegiado Superior.

Portanto, a nossa proposição que hoje apresentamos através da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, dirigida ao Sr. Reitor e aos Srs. Membros do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Londrina, é no sentido de que abram o processo de discussão com a comunidade universitária de Londrina, que estabeleçam democraticamente, através inclusive, de uma iniciativa de convocação de uma reunião pública do Conselho Universitário de Londrina, para que se evite o risco de atropelos de última hora, num processo democrático de transição que habilmente a Comunidade Universitária vem fazendo no País todo, mesmo com uma Legislação Federal anacrônica e ultrapassada.

Temos certeza que essa legislação federal sofrerá as modificações necessárias a curto prazo. E é motivo inclusive pelo qual estamos junto a Comissão de Educação

na Assembléia Legislativa, analisando a formulação de um Substitutivo ao Projeto de Lei de nossa autoria, n. 13/84 que estabelece o processo democrático de escolha de Reitores e Diretores de instituições não só universitárias, mas também isoladas do ensino Superior do Paraná.

Quando elaborávamos aquele documento, divisava contornar uma legislação federal que ainda existe, mas tendo em vista a sua eminente modificação nós também achamos oportuno preparar um substitutivo para, em Plenário, adequarmos já a uma nova fase que se está vivendo no País todo e em especial, as Universidades brasileiras de escolha democrática, livre e direta de seus dirigentes maiores.

Esse era portanto, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, a comunicação que gostaríamos de fazer ainda neste expediente, pedindo de antemão, o apoio a essa iniciativa dirigida nesse momento à

Universidade Estadual de Londrina, porque é nela que se dá o processo, já em fase final, de escolha do seu Reitor e Vice-Reitor, restando Ponta Grossa e Maringá para um processo que ainda se inicia no próximo ano de 86.

Era só, Senhor Presidente.

Muito Obrigado ((Sem revisão do orador)).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Está encerrado o Grande Expediente.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA – Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de, representando a Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, demonstrar o nosso regozijo, a nossa alegria, a nossa satisfação pelo recebimento efetivo na tarde de hoje, de mais um integrante da nossa Bancada, reconhecimento que fazemos pelo valor, pela qualidade, pela postura, pelas lutas, pelo seu dia a dia nesta Casa. Refiro-me, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao ingresso no PMDB, do Deputado Odeni Mongruel.

Pude testemunhar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em uma memorável reunião realizada no domingo pela manhã, na cidade de Ponta Grossa, com a participação de Prefeitos do PMDB, do PDS e da Frente Litoral, com participação de Vereadores de todos os Partidos, com a participação inclusive de membros de Diretórios Municipais dos municípios dos Campos Gerais, a forma correta sincera, típica de sua pessoa, com que conduziu o Deputado Odeni Mongruel à sua mudança de sigla partidária.

Não o fez sozinho, não o fez num impulso, não o fez na conveniência. Fez, isso sim, após uma larga consulta a todos os seus companheiros do antigo partido e do novo partido. E, se digo isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é porque pude testemunhar isso naquela reunião, aonde integrantes de todos os Partidos, reconhecendo o direito político da opção pela sigla partidária e reconhecendo a qualidade do político Odeni Mongruel que estiveram presentes, se pronunciaram, aplaudiram a sua decisão.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados vivemos um período novo na história política da nossa Nação. Aonde os homens responsáveis pela representação popular determinam o seu comportamento na fidelidade daquilo que pensam com as partidárias que abraçam.

Deputado Odeni Mongruel, percebendo o alto senso que possui da realidade política nacional, a necessidade de integrar-se com aquilo que lhe clamava as bases e está conosco e eu quero neste dia, Deputado Odeni Mongruel, na qualidade de líder desta Bancada, simplesmente ratificar a demonstração de afeto, de receptividade que Vossa Excelência recebeu, de todos os companheiros de bancada, presentes neste Plenário.

Seja bem-vindo, Deputado ao nosso meio, porque temos a certeza de que, trabalhar pela justiça, trabalhar pela democracia e pela liberdade, independe, até, das cores partidárias, depende, mais, da índole, da postura e da dignidade do político. E Vossa Excelência, hoje em nossa bancada por certo continuará a dedicar, aos seus companheiros do antigo partido, o mesmo respeito, e terá deles também o mesmo respeito por conhecerem a sua postura e a sua atuação.

Ademais, Sr. Presidente e Srs Deputados, não acredito sequer que a mudança partidária do Deputado Odeni Mongruel, venha a representar, na região dos Campos Gerais que é a da sua atuação política, uma preocupação para o espaço político daqueles que representam nesta Casa de

Leis, o povo daquela região; não acredito que a transposição de siglas partidárias dos políticos com assento nesta Casa, venha a gerar preocupação de espaço para aqueles que militam na política; não acredito que a transferência de siglas partidárias dos homens desta Casa, possa preocupar aqueles que pretendem continuar caminhando na vida pública porque, aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos nós com assento aqui, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, representamos o anseio de uma comunidade, todos nós somos Deputados regionais, todos nós representamos uma região, e brigamos por ela, todos nós temos compromisso com a nossa região, independente de sigla partidária, todos nós chegamos aqui, pelo trabalho às comunidades durante anos a fio, que nos credenciaram a disputa de um mandato. Muito mais preocupante do que a transferência de siglas partidárias dos homens desta Casa, muito mais preocupante, na abertura ou no fechamento do espaço político de cada um de nós comprometidos com causas populares e com a região que representamos, é, a avassaladora entrada no cenário político do dinheiro farto, da compra de voto, da tentativa de compra de cabos eleitorais, indiscriminadamente, no Estado do Paraná inteiro. Resguardar-nos desse direito da representatividade regional, é resguardar ao povo do nosso Paraná, a certeza de uma Assembléia Legislativa heterogênea das localidades dos homens que vêm, mas, homogênea, na defesa dos interesses do Paraná como um todo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quando vejo nesta Casa a transposição de siglas partidárias dos Deputados que aqui têm assento para qualquer partido político, tenho a certeza sempre comigo, que, o Paraná continuará tendo a representatividade que teve. Preocupa-me muito mais e sei que preocupa a todos nós que temos representação, como preocupa também o povo paranaense, o político sem base eleitoral, sem região de representação, o político que dissemina pelo Estado inteiro, o dinheiro farto, na compra de um mandato talvez porque queira, com isto, "Status" apenas, esquecendo a representação do povo. Não é esse, Sr. Presidente, não é esse, Srs. Deputados, o motivo que norteou a mudança partidária do Deputado Odeni Mongruel — sei, porque testemunhei o fato, que foi, muito mais, um desejo dos Campos Gerais, em consolidar a sua participação política e econômica que leva os homens público daquela região, a unirem, em torno de um objetivo comum, para poder levar aos Campos Gerais, uma representação condigna.

Porisso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, se para nós é motivo de satisfação podermos contar em nossas fileiras, com um político do gabarito de um Odeni Mongruel, tenho certeza que, para esta Casa como um todo, independente do partido que tenha aqui assento, é uma satisfação podermos contar com um parlamentar da sua altura e do seu gabarito.

Receba portanto, Deputado Odeni Mongruel, as boas-vindas do PMDB em nossa Bancada, receba nossa solidariedade, receba a certeza de que conviverá com companheiros leais. Receba, Deputado Odeni Mongruel, esta tribuna dedicada ao nosso partido, na certeza que temos, que aqui, dela, Vossa Excelência estará defendendo os interesses do povo do Paraná e especificamente os interesses da região dos Campos Gerais.

Estamos profundamente felizes, porque contamos além de quantidade, com uma qualidade que é inerente de vossa pessoa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Consulto à

Liderança do PMDB se deseja fazer do restante do tempo que lhe é destinado. Declinado, consulto à Liderança do PFL se deseja fazer uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, Senhores Senhores Deputados. (Lê):

Há alguns dias todo o povo brasileiro ouviu perplexo o Ministro João Sayad, do Planejamento, afirmar que, para o próximo ano, estaria programado um aumento da carga tributária.

FÓRA ESSA — Indicava o Ministro — A SOLUÇÃO encontrada pelo Governo para fazer frente às dificuldades de caixa do tesouro.

Como não poderia deixar de ser, a informação teve o efeito de uma bomba. Através de seus líderes expressivos, os meios empresariais logo se puseram contra a fórmula simplista e perigosa. E os assalariados, sobre cujos ombros recai sempre o ônus maior de todo aumento tributário, também não deixaram de manifestar seu total inconformismo.

Afinal de contas, por que não procura o Governo reduzir suas despesas, ao invés de buscar, antes, aumentar suas receitas.

Diante da celeuma e dos protestos, felizmente parece que as autoridades do setor econômico-financeiro começam a voltar atrás. Tanto assim que o Ministro da Fazenda já se apressou em esclarecer melhor sua posição, por sinal bem mais cautelosa que a de seu colega do planejamento.

Com efeito, para o Ministro Dilson Funaro, o Governo não terá força moral para pedir aumento da carga tributária se, antes, não demonstrar total empenho em reduzir seus próprios gastos.

Nada mais correto e verdadeiro: afinal, deve o Governo dar o exemplo. Se a situação é difícil — e todos reconhecemos isso — ninguém mais que o Governo deve agir de forma a demonstrar, clara e insofismavelmente que a hora é de aperto, de sacrifícios.

Mas, enfatizamos, que o exemplo venha de cima, nada mais de simplesmente exigir mais sacrifícios do povo, do assalariado. Sua cota, ele já vem dando há muitos anos.

E entende o Ministro da Fazenda que em nome da justiça social, se deva proceder uma reforma tributária que atinja as pessoas de alta renda, muitas das quais, com artifícios diversos, até agora estão salvas da carga do Leão.

Parece-nos, efetivamente, ser está uma posição correta, pois são muitas as injustiças consagradas em nosso sistema tributário. Mas, de qualquer maneira, há que se cuidar sempre, para que no bojo de uma mudança na legislação, não se venha onerar ainda mais certas categorias de contribuintes, já penalizadas em demasia.

Como exemplo, nós poderíamos citar o agricultor. O empresário paga o seu imposto de renda de acordo com a renda; o agricultor paga de acordo com a sua produção, porque toda a produção desconta direto do FUNRURAL a importância, independente se ele produziu e teve lucro ou prejuízo.

Mesmo no caso dos chamados impostos indiretos, é preciso cuidado, pois, como bem diz o Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, em declarações à imprensa, é um erro imaginar que se possa aumentar impostos sem atingir a classe média e os assalariados de baixa renda. Para ele, é ocioso pensar que não haveria transferência da elevação de tributos para o preço, onerando o consumidor final.

Essa é, realmente, a questão: qualquer aumento da carga tributária acaba repercutindo diretamente no



consumidor. Em última análise, no assalariado.

Dai o nosso temor. Mas, ao mesmo tempo, nossa confiança no discernimento das autoridades do setor, especialmente no Ministro da Fazenda, afinal ele foi bastante claro ao procurar esclarecer as coisas, afirmando categoricamente que não se vai taxar salários, mas somente ganhos de capital.

Que as palavras não sejam desmentidas pelos fatos é o que esperamos.

Estão hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Prefeitos se encaminhando a Brasília para acompanhar a votação da "Emenda Sandoval", uma pequena reforma tributária que vem a minimizar as dificuldades por que passam os municípios brasileiros. E é preciso a aprovação desta Emenda até que venha efetivamente a Reforma Tributária para que haja uma descentralização dos recursos, não só dos recursos do Governo, mas também de compromissos, de encargos para que os Municípios possam desempenhar pessoalmente (os Prefeitos) no seu município com os seus recursos, evitando o que nós estamos assistindo hoje.

Há poucos dias nós vimos a proposta da extinção da FUNABEM. Por que não extinguir a FUNABEM, o MOBRAL e entregar os recursos diretamente aos Municípios para que os municípios possam dar o atendimento direto a sua comunidade.

Nós vemos consternados o movimento de concentração para melhora ao ensino fundamental, mas o que precisa é mais ação. Com esta centralização de recursos, vai para Brasília o salário-educação, retorna via o Estado. E o que nós estamos assistindo. Estamos assistindo que a FUNDEPAR, que antes comprava vagas das escolas onde não tinha o 2º grau, hoje não existe mais a compra de vagas. Pelo menos na minha região desapareceram os recursos da FUNDEPAR.

Material escolar é um absurdo. Voltei ontem da minha região; no Município de Marumbi, o Prefeito recebeu uma relação de material escolar para 18 escolas, embora conste na relação só 11 escolas, mas esses, Senhores Deputados é o material encaminhado para o município atender durante 3 meses: 3 caixas de borracha, 8 caixas de cadernos, 6 caixas de canetas, 6 caixas de giz e 9 caixas de papel "bufon". Total: 364 mil e 366 cruzeiros.

Era melhor que não mandasse nada para dizer que está atendendo o município, mas que isso nada representa, isso não dá para atender durante um mês uma escola, e mandam para 18 escolas trezentos e poucos mil cruzeiros de material para atender durante 90 dias.

É preciso que venha essa descentralização para que os Prefeitos não precisem mais ir de chapéu na mão, estarem pedindo favores, mas que eles possam aplicar direto no seu município aquilo que tem direito e dando atendimento mais direto à sua comunidade e para que não haja essa discriminação odiosa que nós estamos assistindo aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Sr. Deputado representante do Norte Velho, Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente meu professor de política, Deputado Anibal Khury, encantado pela deferência, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná.

Feliz, eu infelizmente, dentro da normativa, dentro da orientação dos humildes de minha

terra, queria fazer um apelo ao Governo transparente, ao Governo dos homens que, nas eleições e nos palanques diziam que iam defender a Democracia Participativa, a Democracia Transparente. E como, Sr. Presidente, esportivas do meu Paraná, como os adeptos dos nossos companheiros que admiramos, o ilustre candidato derrotado Roberto Requião, como podem os leões-de-chácara acabar com uma festividade esportiva, mandando os seus asseclas "apenasmente" porque estavam com a camisa do futuro Prefeito de Curitiba. Mandar acabar com a festa porque talvez ali tivessem homens que votariam em Paulo Pimentel, homens que votariam no PDT, homens que votariam na Democracia Participativa e Transparente.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado – Vossa Excelência me concede um aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL – Após o meu raciocínio ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado – Aguardarei ansiosamente Vossa Excelência me conceder um aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL – Vossa Excelência antes de pedir um aparte, deveria "cessar tudo o que da antiga malsa canta" e mandar os truculentos cessarem a bandalheira em cima do povo. A bandalheira dos truculentos do PMDB que vão acabar com a competição esportiva, justamente porque os "senta-levanta" não têm condições morais de vir defender o povo, como defendiam no palanque.

Deputado Tadeu Lúcio Machado, não dou o aparte porque Vossa Excelência vai se expor ao ridículo ...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado – Vossa Excelência não está sendo democrático, eu corro o risco de me expor ao ridículo ...

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, por gentileza, me assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A palavra está com o nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL – Desconte o tempo que perdi com o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Paulo Furiatti – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL – Após completar o meu raciocínio e peço à Mesa ...

O Sr. Paulo Furiatti – Então não vai conceder nunca.

O SR. GABRIEL MANOEL – Peço à Mesa que desconte o tempo, de quem quer defender, dentro da humildade, os homens que estão ao lado do povo. É o amargor da derrota que está estampado no rosto de Vossa Excelência.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado – Vossa Excelência já concluiu o seu raciocínio?

O SR. GABRIEL MANOEL – Vossa Excelência me assegura a palavra?

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A palavra está assegurada ao Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL – Sr. Presidente, como dizíamos,

querem defender o indefensável, os homens que antigamente vinham à tribuna para atacar Sarney, para atacar a Velha República, com a Nova que é a mesma coisa.

Vossa Excelência limpou a boca para falar em Maluf? Então que cesse a ignorância, porque Maluf seria e foi vanguardeiro da democracia no Brasil. Eu não admito Deputado, em qualquer terreno que Vossa Excelência ofenda um companheiro meu.

Vossa Excelência é vendido para as multinacionais dos Estados Unidos que mantêm ...

UM SR. DEPUTADO - E o Garanhão?

O SR. GABRIEL MANOEL - O Garanhão é de Vossa Excelência esse é o problema deles. Caranhão o homem que vai ser talvez, o Governador do Estado.

Ney Braga é um grande brasileiro.

Sr. Presidente, assim não tem condições, não é possível. Esta gurizada está abusando.

Eu diria a Vossa Excelência que me dissesse o quanto me resta para eu poder completar meu raciocínio.

Porque, desta maneira, a falta de incoerência, a falta de vergonhosa ingerência, Sr. Presidente, ao não defenderem porque nós admitimos que Jaime Lerner já é o Prefeito de Curitiba.

A bancada que Vossa Excelência faz parte, infelizmente, porque Vossa Excelência tem a cabeça no lugar. E essa gurizada que não sabe ver o amargor da derrota e que viram e não tiveram peito, Sr. Presidente, de vir à tribuna e defender os desportistas que estavam simplesmente fazendo uma manifestação de que esporte é saúde. Só porque, Sr. Presidente, eles traziam em seu peito a camisa do futuro Prefeito de Curitiba.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando licença para tratar de interesses particulares, por um prazo de quarenta e cinco (45) dias. Inclua-se na Ordem do Dia 01/10/85.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio de diversos Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, pleiteando que encaminhe a esta Casa, projeto de lei concedendo anistia fiscal aos contribuintes do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.

EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 241/84, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EPILÉTICOS DE PATO BRANCO", com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados a produção de álcool e dá outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n. 10, de 12/03/85).

O SR. GILBERTO CARVALHO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito fácil, um simples projeto de lei disciplinar, impor a esse agricultor já sofrido, o que ele pode ou o que ele não pode fazer.

Quando todos esperam, é uma efetiva, não vamos dizer a Reforma Agrária, mas uma Reforma Agrária, porque eu também não acredito nesta Reforma Agrária como ela está vindo aí, é preciso que ela venha,

mas com condições de entregar ao trabalhador a sua área de terra, mas em condições que ele possa explorar.

E quando eu digo não acredito, porque eu vejo aquele que já tem a terra hoje, dois, cinco ou dez alqueires, vendendo para o seu vizinho, porque não tem mais condições de explorar esta terra. Então aquele que tem, não está tendo condições de manter.

É preciso que venha esta Reforma Agrícola, para manter aquele que está na terra e para que haja até um incentivo daquele que procura adquirir um pedaço de terra possa adquirir e ele explorar.

Na nossa região, no Norte do Paraná, onde produz de tudo, em que o agricultor pode pensar em plantar o milho, plantar o algodão, plantar a soja, plantar o trigo, plantar a cana e resta a ele já que não existe uma política agrícola séria, optar pelo melhor caminho, aquilo que lhe proporciona de imediato um rendimento adequado e cada um faz a sua opção. A sua opção que lhe assegura a Constituição Federal direitos e garantias individuais.

A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, nos termos do seu parágrafo vinte e dois que diz o seguinte:

É assegurado o direito de propriedade, salvo em caso de desapropriação por necessidade, utilidade pública ou de interesse social.

Então, esse agricultor, que tem uma área de terra e que hoje está lhe proporcionando um rendimento de quase oito milhões por alqueires no plantio de cana, um projeto de lei vem proibir que ele obedeça uma lei plantando aquilo que lhe determinam.

Se o Governo tivesse uma política séria, poderia fazer, isto sim, proporcionar financiamento mais elevado para o produto que ele achasse mais conveniente no ano. Isso nós estamos de acordo, mas impor ao agricultor o que ele pode, o que ele não pode plantar, é contrariar dispositivo constitucional. E por esse motivo, não vamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, obstruir a votação, não vamos criar problema nenhum nesta primeira votação, uma vez que seu autor se comprometeu em segunda votação, apresentar um substitutivo a este projeto de lei. Mas votaremos, já de início, por julgar inconstitucional, contrariamente a esse Projeto de Lei n. 11/85. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

EM VOTAÇÃO - Do Projeto de Lei n. 152/85,

de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública, o "CENTRO PARANAENSE DE UMBANDA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que dá nova redação ao Artigo 1º da Lei Complementar n. 16, de 09/07/82, mantido seu Parágrafo Único, conforme especifica. (Promoção por avanço vertical por habilitação de Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.R.H., por unanimidade. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei Complementar n. 85/84, de sua autoria, e a reinclusão do mesmo na Ordem do Dia, do dia 09 de outubro do corrente. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei Complementar n. 85/84 e a reinclusão na Ordem do Dia de 09 do corrente mês.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 25/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 65/85), que objetiva adotar providências legais no sentido de que o Conselho Paranaense de Turismo, passe, com nova composição e melhor definição de competência a integrar a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Visa, ainda, criação do Conselho de Administração da PARANATUR, bem como alterar dispositivos que especifica, da Lei n. 5948, de 27.05.69. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 80/85), que objetiva criação do "FUNDO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR-FADA", com a finalidade de prover recursos para o fomento do Desporto Amador, através da Coordenadoria do Esporte, da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte- SECE. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDA SUPRESSIVA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

#### EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 79/85, de autoria do Deputado ANTONIO AN-

NIBELLI, que dá nova redação ao Art. 21 e seu Parágrafo Único, da Lei n. 7.424, de 17.12.80. (Servidor inativo, poderá ter seus proventos revistos, desde que tenha exercido ou exerça cargo em comissão, na forma que especifica). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 82/85 (Mensagem n. 115/85 ex-proposição n. 104/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios de Cooperação Administrativa e Financeira, celebrados em 25.04.85, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com municípios que especifica, objetivando execução de reparos nas Delegacias de Polícia dos referidos municípios. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 83/85 (Mensagem n. 122/85- ex-Proposição n. 108/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 05.06.85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC, em obras públicas nos referidos municípios. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 84/85 (Mensagem n. 75/85- ex-Proposição n. 108/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 05.06.85 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMECC, em obras públicas nos referidos municípios.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 84/85 (Mensagem n. 75/85- ex-Proposição n. 74/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 63/84, celebrado em 27.12.83, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura, do Interior, com a TELEPAR, o Município de Curitiba e o IP-PUC, objetivando execução da 1.<sup>a</sup> etapa do Projeto UNIBASE. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 85/85 (Mensagem n. 85/85 - ex-Proposição

n. 77/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 8.<sup>o</sup> Termo Aditivo de 13.03.85, ao Convênio celebrado em 20.03.81, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, assim como o 11.<sup>o</sup> Termo Aditivo de 13.06.85, ao Convênio celebrado em 07.10.76, com os objetivos que especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 86/85 (Mensagem n. 105/85- ex-Proposição n. 91/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, n. 62/84, celebrado em 26.12.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e Comércio e Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra, objetivando dar continuidade ao projeto de preparação de mão-de-obra à população de baixa renda. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 87/85 (Mensagem n. 119/85 - ex-Proposição n. 111/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 014/84, celebrado em 16.12.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, o Estado de São Paulo, através de suas Secretarias de Transportes e de Obras e Meio Ambiente e a PORTOBRÁS, com objetivo que especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 88/85 (Mensagem n. 107/85- ex-Proposição n. 98/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 4.<sup>o</sup> Termo Aditivo e de Re-Ratificação de 30.12.84, aos Convênios de Cooperação Técnica e de Operacionalização, celebrados em 05.06.79 e em 03.11.80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com intervenção da Secretaria da Cultura e Esporte, com objetivo que especifica. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 89/85 (Mensagem n. 109/85- ex-Proposição n. 100/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n. 220/83, de 13.06.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guarapuava, objetivando a execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 90/85 (Mensagem n. 121/85- ex-Proposição n. 109/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 07.06.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e os Municípios, com participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná- SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 91/85 (Mensagem n. 104/85- ex-Proposição n. 90/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Retificação e Ratificação celebrados pelo Estado do Paraná- Secretaria da Indústria e Comércio- com as partes, datas, objetivos que especifica. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 92/85 (Mensagem n. 68/85- ex-Proposição n. 68/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.<sup>o</sup> Termo Aditivo de Re-Ratificação de 30.12.83 aos Convênios de Cooperação Técnica e Operacionalização, em 05.06.79, e 03.11.80, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e EMBRATUR, com interveniência da Secretaria da Cultura e Esportes. com objetivos que especifica. (Aprovado).

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 93/85 (Mensagem n. 103/85- ex-Proposição n. 93/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 01.04.85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Aprovado.

## EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n. 94/85 (Mensagem n. 112/85- ex-Proposição n. 101/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Município de Colombo, através da Secretaria da Agricultura com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n. 131/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 129/85), que objetiva autori-

za a Doação, ao Município de Telêmaco Borba, dos lotes de terrenos urbanos n. 5 e 6, com área total de 784,00 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), da quadra n. 49, da sede do referido município, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL d C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. ( Publicado no D.A. n. 68, Mensagem).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer Ao Projeto de Lei n. 131/85

O presente plano de lei, Mensagem Governamental n. 129/85, pretende doar ao Município de Telêmaco Borba, os lotes de terrenos urbanos ns. 5 e 6, com área total de 784,00 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), da quadra n. 49, da sede do referido Município, objetivo da Transcrição n. 2.085, do Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A doação de que trata o projeto, abrange as benfeitorias existentes nos referidos lotes.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a matéria, nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável e pela aprovação do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Do requerimento de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado NELSON VASCONCELLOS, que solicita 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 26.09.85, conforme incluso Laudo Médico n. 26/85. Aprovado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, dentro do que prevê o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná, na parte que trata das licenças, dirige-se a Vossa Excelência para REQUERER obtenção de licença por 30 (trinta) dias, a contar da concessão oficial da Licença pela Casa, para tratamento de sua saúde, instruindo o presente pedido com laudo de inspeção de saúde subscrito por três médicos.

Contando com as considerações de Vossa Excelência, bem como dos Senhores Deputados, valho-me da oportunidade para antecipar agradecimentos e permanecer ao dispor de Vossas Excelências para qualquer outra informação, e me valer deste ato para deixar evidente minha estima e minha consideração.

Respeitosamente.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1985

(a) NELSON VASCONCELLOS.

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

LAUDO MÉDICO N. 26-85

Aos vinte e seis dias de setembro de 1985, a Junta Médica assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em DEPUTADO NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS, concluiu achar-se o mesmo com 309.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 30 dias de licença, para tratamento, a partir de 26.09.85.

(aa) JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO

Médico Chefe da Junta

DR. JACKSON M. BADUY

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a

mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Valdir Umberto Fernandes Azevedo, ocorrido no dia 26 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Ferreira de Souza, ocorrido no dia 30 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lenini Pinto Machado, ocorrido no dia 30 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rogério Bevervanso, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Adriano Pires, do Município de Porto Rico. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela fundação e posse da primeira diretoria da Associação dos Representantes Comerciais do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando arquivamento do Projeto de Lei n. 134/84,

que acrescenta o item IV ao artigo 9.º da Lei n. 7257 de 30 de novembro de 1979, (isentando as empresas de Radiodifusão, da Taxa de Segurança). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 191/85, que institui a garantia de emprego para os empregados das empresas de propriedade do Governo do Estado, admitidos por concurso público, cujas relações de emprego sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 104/84, que declara de Utilidade Pública a

Associação Beneficente Santa Luzia, com sede nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 270/84, que autoriza o Poder Executivo a isentar do ICM a parcela relativa ao acréscimo sobre as vendas a prazo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 293/84, de autoria dos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Sérgio Spada, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores da Universidade Federal do Paraná - ASUFEPAR. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 212/85, que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito suplementar até o valor de CR\$ 41.124.000.000, alterando o orçamento atual da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. FSCMR, destinados a cobrir despesas que especifica. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 211/85, que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Suplementares até o limite de CR\$ 120.504.445.000, ao vigente orçamento do IPE, destinados a cobrir despesas com pessoal, custeio e capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a votação da Mensagem Governamental n.



156/85, que encaminha anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a ampliação de mais 400 terminais telefônicos para o Município de Marialva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, para expor aos Senhores Deputados as implicações do Edital de Concorrência Pública n. 02/85, que trata da ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água dos Municípios de Londrina e Cambé. Rejeitado.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) O que era que tinha sido votado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa tinha anunciado a convocação do Senhor Diretor Presidente da SANEPAR.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a destinação de materiais esportivos para a Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo- Ensino de 1.º Grau, no Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de casas pelo sistema mutirão no Distrito Administrativo de Herveira, Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente, solicitando a realização da Sessão Solene de Entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Evangelino Costa Neves, no dia 10 de outubro do corrente ano.

Consulta ao Deputado Odeni Mongrue se a Sessão a ser realizada para entrega do Título do Senhor Evangelino Costa Neves, ao invés de ser realizada no dia 10, seria no dia 11, que é uma sexta-feira.

O Sr. Caíto Quintana- Senhor Presidente, o Deputado está ausente.

Providenciaremos para lhe dar a informação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa transfere a votação para a Sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo para que em todos os procedimentos e decisões a serem tomadas em relação a projetos de desapropriação no Estado do Paraná sejam ouvidas as lideranças representativas do empresariado rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, visando providências para que os veículos utilizados pelos Sindicatos Rurais do Paraná sejam isentos da Taxa rodoviária Única- TRU. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a construção de abrigos para passageiros de ônibus na extensão da PR-281, nos seguintes locais: Trecho Secundário de Planalto, Saída de Santa Cecília, Saída de Esquina São Paulo, Saída de Barra Grande para Coxilha Alta, Trevo de São Valério, Saída de Lajeado Mirim e Ponte do Rio Capanema. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transformação do Projeto de Lei n. 321/84, em sugestão a ser encaminhado ao Senhor Governador do Estado, para que, na forma prevista pelo art. 25, § 1.º, letras a e b, da Constituição Estadual, tome a iniciativa que lhe compete para a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FUNCITEC. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da íntegra do pronunciamento do Senhor Presidente da República aos Delegados da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, publicado por vários órgãos da imprensa nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações de quais as medidas legais e administrativas tomadas com relação aos fatos que originaram a sindicância de n. 1348/84 da CIRETRAN no Município de Ivaiporã, bem co-

mo da atual situação em que se encontram tais medidas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, objetivando a colocação de alambrados na Escola Estadual Arnaldo Coneglian, na Cancha de Esportes e no Estádio Municipal, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de telefones no Distrito de Borbônia, Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela inauguração da sede reformada da UPE - União Paranaense dos Estudantes. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica da Rodovia BR-277 à Ponte Internacional da Fraternidade, no Município de Foz do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Justiça e do Trabalho, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e líderes das Bancadas com assento ao Congresso Nacional, objetivando providências para a decisão das causas acumuladas na Justiça Trabalhista do País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a designação de um Deputado de cada partido político com representação nesta Casa, para representar a mesma nas solenidades oficiais e festividades alusivas ao 37º aniversário do Município de Campo Mourão, sem ônus para a Casa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo o destacamento de mais um policial para o Distrito de Tamarana, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando a aquisição de uma viatura policial para o Distrito de Paiquerê, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando a construção de uma cadeia pública para o Distrito de Lervoville, no município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma cadeia pública e aquisição de uma viatura policial para o Distrito de Warta, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando construção de cadeia pública, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios para a cadeia pública, bem como aquisição de uma viatura policial para o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de cadeia pública, destacamento policial, aquisição de uma viatura policial, bem como aquisição de móveis e utensílios para a Delegacia de Polícia no Distrito de Maravilha, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, visando benefícios para o Distrito de Guaravera, no Município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário da Televisão Cultura, Canal 8, do Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional da Secretária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público no Armazém do Senhor Aristeu Juncos Pepe, no Núcleo Habitacional Santa Paula, Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma quadra esportiva para a Escola Estadual Castelo Branco, no Distrito Administrativo de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, visando reformas gerais na Escola Estadual Castelo Branco, no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo para que seja revista a tabela de vencimentos dos Agentes do FUNRURAL e INPS em nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a construção de uma cancha de esportes na Escola Vila Lobos, no Distrito de Laranjal, Município de Palmital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a revisão de indeferimento aposto no processo GTE - FAS n. 6028-9/85 em julho de 1985. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Educação, Secretário do Planejamento e das Finanças, encarecendo que na suplementação orçamentária daquelas Secretarias, seja incluído a fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná- CEU". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional do Radialista. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a doação de um gabinete dentário para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico para o Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um posto de telefonia no Distrito Administrativo de Arapuan, Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual Professor João Faria da Costa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de

Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da secretaria da Educação, encarecendo a liberação de materiais de limpeza para o setor educacional do Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 10.º aniversário da Televisão Cultura Canal 8, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário dos Transportes e Engenheiro Chefe do 9.º Distrito Rodoviário Federal - DNER, visando seja dado acesso da segunda pista de rolamento ora em construção na Rodovia BR-376, ao Posto Panorâmico Vila Velha. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Administração e Diretor Superintendente do IPE, encarecendo a instalação de uma agência do mesmo no Município de Ortigueira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, para que a mesma determine à FUNDEPAR a doação de dois bebedouros e um congelador para a Escola Estadual Arnaldo Coneglian - Ensino de 1.º Grau, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo policiamento para o Distrito de Borbônia, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação

ção de um Posto Telefônico na localidade de Fazenda Fortaleza, no Município de Tibagi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo agilização do processo de aposentadoria da Senhora Tereza dos Passos, Protocolo 23772/84 e 23773/84 de 28 de dezembro de 1984. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, visando a instalação de farmácia do mesmo no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a transformação de Rancho Alegre, no Município de Goioerê, em Distrito Judiciário, na próxima organização judiciária do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Jornal "Gazeta Mercantil", Sucursal de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 80.º aniversário da S.A. Moinho Santista Industriais Gerais, no Município de Santos no Estado de São Paulo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUDESUL, por intermédio do Ministério do Interior, visando a liberação de recursos orçamentários para a execução dos trabalhos relativos a ampliação da rede de galerias pluviais no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de 2.º grau na Escola Estadual Castelo Branco, no Distrito de Bela Vista do Ivaí, Mu-

ncípio de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, objetivando a agilização do Programa de manejo Integrado de Solos referentes ao Município de Boa Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a assinatura de um convênio a fim de permitir o desenvolvimento da atividade esportiva no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a destinação de pedriscos para o pátio da Escola Vila Rica do Espírito Santo, no Município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, objetivando a ampliação da rede de telefonia no Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por intermédio do Ministério das Comunicações, visando a instalação de novas caixas coletoras de correspondências no Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo seja restaurada autorização concedida à Empresa de Navegação Fluvial Moura Andrade Ltda., para operar linha de navegação de travessia entre as cidades de Guaíra, neste Estado e Mundo Novo, Estado do Mato Grosso do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Federação das Entidades de Servidores Públicos do Paraná - FESPEP, pela aprova-

ção da filiação da mesma à Confederação dos Servidores Públicos do Paraná, referendada pelo Conselho de Representantes da CSPB. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da Área Psicotécnica do DETRAN, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, encarecendo a designação de uma Comissão para exames de psicotécnico no Município de Mandaguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo que sejam tomadas providências para evitar que revistas pornográficas, espetáculos teatrais, filmes e novelas atentatórias à moral e aos bons costumes, sejam liberados em favor de exploradores que, através de propaganda persuasiva geram o consumismo do público. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, com apoio do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo para que em adendo ao anteprojeto de lei remetido ao Governo do Estado, seja proposta também a criação da Comarca de Guaratuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia Nacional do Vereador". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Professor Sansão José Loureiro, pelo seu desprendimento e alto espírito público demonstrado quando da doação feita de 1.200 exemplares de livro de sua biblioteca particular, todos não constantes do catálogo da Biblioteca Pública do Paraná, e que por certo enriquecerão sobremaneira o acervo daquele órgão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, lido da Tribuna, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, visando a melhoria da gratificação atribuída aos Agentes Voluntários do MOBRAL, de forma a compatibilizá-la com a realidade do custo de vida, e

com a importância da missão desempenhada por esses servidores. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, encarecendo orientação da análise da Mensagem Governamental n. 155/85. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo informações quanto à construção de ponte na PR-239. Aprovado À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o comparecimento do Senhor Secretário da Indústria e Comércio, para debater a respeito do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa através da 1.<sup>a</sup> Secretaria, vai solicitar o comparecimento ao Senhor Secretário.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando obtenção de licença por trinta dias, a contar da concessão oficial de licença pela Casa, para tratamento de sua saúde, instruindo o presente pedido com laudo de inspeção de saúde, subscrito por três médicos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando estabilidade aos professores CLT e com aulas extraordinárias com dois ou mais anos de serviços prestados ao Estado, e concurso de ingresso no Magistério até janeiro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 217/84 e dos Projetos de Lei n. 236/84, 241/84, 41/85 e 72/85.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 11,

Curitiba, terça, em 01.10.85

25, 42, 79, 131 e 152/85 e dos Projetos de Resolução n. 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 115, 136 e 175/85.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR EM SESSÃO DO DIA 01/10/85.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE  
"JOSÉ SARNEY"

"Esta tribuna impõe respeito a dignidade.

É a mais alta na comunidade das Nações, onde grandes e pequenos ficam menores, porque maior é a carga da história do gênero humano exercida pela tarefa que é o barro do seu trabalho - a paz -, pelos problemas que a desafiam, pelo esforço de transformar discordâncias em solidariedade.

Há quarenta anos tem o meu País, o Brasil, o privilégio de abrir o debate geral da Organização das Nações Unidas.

É com trêmula emoção que exerço essa prerrogativa. Pesam-me graves problemas, responsabilidades imensas, recorro a versos do maior poeta de minha terra para definir minha comoção. A poesia não é incômoda nem anacrônica no cenário dos grandes debates:

"Que tempo de viver-se

Que sonho raro

Será mais puro e belo e mais profundo do que esta viva máquina do mundo?"

É com esse sentimento do mundo que falo em nome de uma das maiores Nações do globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do Ocidente, País de contrastes e de grandezas: O Brasil dos vários Brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas, abrigando num vasto continente um povo unificado que soube construir uma democracia racial e uma unidade de cultura que é a força invencível do seu destino.

Homem simples, nasci e vivi numa das regiões mais castigadas da terra, o populoso e pobre Nordeste brasileiro.

Percorro há trinta anos uma carreira política, mas foi no bojo de uma tragédia e espanto, de forma abrupta e inesperada, que assumi a chefia da Nação.

Presidente da República, orgulho-me de ser um escritor em que o gosto da palavra não confinou o espírito na expressão da obra estética. Dela fiz um elemento de identificação profunda com o povo, para viver os anseios do homem e da sociedade.

A literatura e a política são vertentes



tes a obrigar uma visão social e humanista do universo. Não posso conceber a busca das conquistas materiais sem um substrato do espírito que possa dar a aventura humana a dimensão das coisas eternas.

Tenho fé, e mais ainda o homem que tiver vergonha de pensar na terra sem a companhia de Deus.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelos. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança de um campo de amor à liberdade, quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a terra da promessa.

O instrumento de nossa viagem do autoritarismo para a democracia, foi a capacidade de conciliar e de entender, sem violência e sem traumatismos.

Nossa determinação, coragem e resignação foram tão fortes, que suportamos a perda de nosso herói, Tancredo Neves, na noite em que clareavam os nossos céus em festa dos fogos da vitória. Nosso sofrimento foi transformado em força e obstinação para fazer do seu sonho o nosso sonho e não nos dispersamos.

Mais forte do que a morte foram os valores da mudança. Esses valores projetamos no campo das classes sociais, abolindo distâncias e barreiras, numa patriótica convivência de todas as correntes de idéias, na busca do ideal efetivo de justiça, de conciliação e da consolidação institucional do poder civil.

Consideramos que a visão do social é a própria seiva do liberalismo moderno: a liberdade que se ocupa com as condições reais de vida, com a realização completa da felicidade individual, com a universalidade das franquias e do direito de ser livre.

Estou nesta tribuna para homenagear as Nações Unidas, no seu aniversário de 40 anos. O Brasil esteve no seu nascimento, está agora, estará no futuro, para defender o espírito da organização. Esse espírito não é servir como arma dos fortes, mas como a voz dos fracos. Dos que não têm exércitos, nem arsenais, nem veto a impor ou a anular decisões.

Estou aqui para dizer que o Brasil não deseja mais que sua voz seja tímida, deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença. Não pregaremos ao mundo o que não falarmos dentro de nossa fronteira. Estamos reconciliados. A nossa força passou a ser a coerência. Nosso discurso interno é igual ao nosso chamamento internacional. E desejamos, agora, revigorar, com redobrada afirmação, nossa presença no debate das nações. Uma política externa independente, dinâmica e voltada para a solução das questões internacionais do conteúdo social.

Não seremos prisioneiros de grandes potências nem escravos de pequenos conflitos.

Há quarenta anos, nossos fundadores estabeleceram sobre os estertores da guerra e as ruínas da opressão, os fundamentos do edifício da paz, o concerto das nações e a ilimitada cooperação entre os povos. As potências da terra e os países emergentes foram convocados a liquidar a exploração colonial. Proclamaram ao universo o valor dos princípios democráticos de igualdade e justiça. Condenaram o racismo e a intolerância. Legitimaram o direito universal à saúde, ao bem-estar, à educação. Reafirmaram a dignidade do trabalho e o poder aprimorado da cultura.

Hoje, tendo vivido sem guerra generalizada o dobro do tempo que a humanidade viveu entre um e outro conflito mundial, podemos dizer que o papel da ONU nem sempre foi reconhecido; seu desempenho quase nunca foi suficiente. Porém sua ação, longe de ter sido inútil, foi e continuará a ser necessária.

Os seus fundadores estavam certos!

Senhor Presidente,

Em nome do Brasil, saúdo Vossa Excelência por sua expressiva eleição para a presidência da quadragésima sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Congratulo-me com os representantes dos Estados-membros aqui reunidos, que comemoram quatro décadas na vida ativa desta egrégia organização. Dirigo meus sinceros cumprimentos ao senhor secretário geral, embaixador Javier Perez de Cuellar, de cujo talento e experiência diplomática nós os latino-americanos tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

É natural que minha primeira abordagem seja a América Latina. América Latina cujo esforço extraordinário de criar uma ordem democrática é o mais surpreendente e comovedor fato político ocorrido nestes anos, que passa indiferente aos olhos descuidados do centro do poder mundial. Poucos examinam o amadurecimento institucional da região, o drama e a conquista. Sem ajuda e envolvimento, temperados apenas com a força de convicções, enfrentamos a ameaça da tentação totalitárias e a ganância dos que só vêem com os olhos da exploração. Saímos sincronizados, num movimento solidário, para a floração de instituições livres. Optamos, como um todo, em caráter irreversível, pelo trinômio: sociedade aberta, instituições livres, economia dinâmica. E com base nessa tríplice definição democrática que exercitaremos o diálogo, procuraremos ser a ponte entre o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul, velhas e novas culturas, regimes e ideologias.

Gandhi, o Mahatma, disse que a verda-

deira missão do homem da lei é lançar uma ponte sobre o abismo que separa os adversários. A ONU é a lei; nós somos homens dessa lei.

Há ventos novos em nosso continente, que revigoram a nossa tradição democrática, refletida em compromissos que antecederam a criação da ONU.

Assim é que somos paladinos do princípio da autodeterminação dos povos e do dever de não-intervenção, da solução pacífica de controvérsias, da distensão das relações Leste-Oeste, refratários ao antagonismo agudo da política de blocos, defensores do primado da negociação sobre as perigosas demonstrações da força.

Com espírito democrático militamos, há tantos anos, pelo desarmamento, e recusamos, por precária, violenta e irracional, a idéia de uma paz sustentada pelo equilíbrio dos arsenais atômicos.

O Brasil acredita que não há tergiversação possível face a esses ideais, nem qualquer concessão que admita sua suspensão, em qualquer nível, em nome do que quer que seja!

E é também por fidelidade ao credo universalista da democracia que somos anti-racistas. Profunda entranhada e intransigentemente anti-racistas.

O Brasil, senhores, é um grande País mestiço que se orgulha de sua identidade. Várias das mais altas expressões criadoras da nossa cultura provieram da mescla radical, da mútua fertilização das etnias. A maior e mais completa sensibilidade literária que produzimos até hoje - Machado de Assis - era um mestiço. Como mestiços foram, nas artes plásticas, o grande escultor barroco, o Aleijadinho, e na música, o universal Vila-Lobos. Recordando o quanto o Brasil deve, na sua cultura popular, ao gênio negro e ao espírito ameríndio.

No Brasil, a discriminação racial não é só ilegítima - é ilegal, e crime previsto nas leis penais. Por isso nos repugna a recrudescência do conflito racial ditado pela intolerância racista, ou a persistência de configurações coloniais. Reitero solenemente nossa total condenação do apartheid e nosso apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia, sob a égide das Nações Unidas.

Não concebemos que a ONU comemore sua idade da razão sem uma ofensiva em regra contra os resíduos do racismo na terra.

Como presidente do meu País, renovei há poucas semanas a proibição de exportar petróleo e derivados, armas e munições, licenças e patentes para a África do Sul, bem como suspendi as atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo com o governo de Pretória.

O racismo é contra a humanidade e contra o futuro.

O racismo, um colonialismo diferente, amoral e perverso, não pode manchar a página de ouro da descolonização.

Mais do que as hecatombes dos conflitos mundiais, mais do que o confronto estéril da guerra fria, a descolonização ficará como a grande contribuição do século XX à história da humanidade.

O êxito da descolonização foi fruto de uma vontade internacional. Esse caminho, a busca de soluções consensuais, já de permitir superar a frustração que hoje sentimos diante dos desafios da corrida armamentista, da multiplicação de tensões e conflitos.

Senhor Presidente,

Os direitos humanos adquirem uma dimensão fundamental, estreitamente ligada à própria prática da convivência e do pluralismo.

O mundo que os idealizadores da Liga das Nações não puderam ver nascer, e cuja edificação ainda esperamos, é um mundo de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas de respeito aos direitos da pessoa humana, que as Nações Unidas procuram promover através dos pactos internacionais de direitos humanos.

A declaração universal dos direitos humanos é, sem dúvida, o mais importante documento firmado pelo homem na história contemporânea. E ela nasceu no berço das Nações Unidas.

Com orgulho e confiança, trago a esta assembléia a decisão de aderir aos pactos internacionais das Nações Unidas sobre direitos civis e políticos, à convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, e sobre direitos econômicos, sociais e culturais. Com essas decisões, o povo brasileiro dá um passo na afirmação democrática do seu Estado. Reitera, perante si mesmo e perante toda a comunidade internacional, o compromisso solene com os princípios da Carta da ONU e com a promoção da dignidade humana.

Nessa tarefa, desacato a promoção dos direitos da mulher, que no Brasil acaba de ganhar impulso com a criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. A decisiva participação da mulher na transformação por que passa a sociedade brasileira articula-se, em nível mundial, com o extraordinário movimento de afirmação feminina, cujo impacto vem renovando em profundidade as relações humanas deste fim de século.

Estamos numa encruzilhada das muitas que marcaram estes 40 anos de existência da ONU. Os povos percebem que as concessões feitas às realidades do poder são uma avenida de uma só mão. Apenas a vontade conjunta da maioria pode recompor, numa atitude nova, o panorama emoliente criado

pela confrontação e pelos mecanismos do poder.

Senhor Presidente, Senhores Delegados, "Nem tudo é Este ou Oeste nas Nações Unidas. O mundo possui pontos cardeais", dizia há 22 anos, o embaixador Araújo Castro, representante do Brasil nesta Assembleia Geral. O Brasil reconhece nas relações internacionais muitos aspectos negativos mas procura perceber o mundo de uma perspectiva rica e multifacetada.

Exploremos este tempo para a cooperação e a ciência; nele, as naturais diferenças não são empecilhos para a convivência. Os espaços celestes sempre foram a imagem mais pura da paz. Preservemos os infinitos céus como fronteira que as armas não devem violar.

Os brasileiros acreditam em valores com o respeito à individualidade de cada país e a responsabilidade solidária perante os impasses e dilemas deste fim de século.

Vemos com aflição que inúmeros conflitos afetam países em desenvolvimento, paralisando esforços de progresso. Esses conflitos agravam as difíceis condições criadas pela persistência de uma ordem internacional injusta e colocam mais distante o ideal de paz e segurança. A transferência, para o cenário de muitos desses conflitos, de temas do choque Leste/Oeste agrega um elemento poderoso de dilaceração e mascara suas verdadeiras causas.

Temos exemplos à nossa volta.

O Brasil junta-se aos demais países latino-americanos para proclamar a necessidade urgente de uma solução política, duradoura e estável, para os embates que rasgam a América Central.

Por essa razão, devota o Brasil todo o seu apoio à iniciativa de Contadora, que traduz o sentimento da América Latina na busca de uma solução que preserve a paz e o entendimento no contingente e corresponda à vontade dos povos centro-americanos.

Meu governo juntou-se a três países irmãos na criação do Grupo de Apoio a Contadora, para traduzir em providências concretas o amplo respaldo que aquela iniciativa vem recebendo.

O caráter político é profundamente ético de Contadora, é a resposta latino-americana às teses da confrontação, é um amparo ao diálogo onde existe radicalização; é um convite à negociação onde existe a ameaça do uso de força; e é uma vigorosa defesa da autodeterminação e da não-ingestão contra as tentativas de internacionalização do conflito.

O Brasil sente-se ligado por laços de grande amizade a todos os povos do Oriente Médio. A sociedade brasileira consterna-se com o clima desolador do Líbano e reconhece o direito de todos os povos do Oriente

Médio, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Deseja ver concretizada a criação de um Estado nacional palestino na aspiração deste sofrido e grande povo, a evacuação dos territórios árabes ocupados e o acatamento das resoluções das Nações Unidas sobre a região.

Ligado ao Irã e ao Iraque por laços de amizade e cooperação crescentes, o Brasil exorta esses dois países a encaminharem suas divergências pela via pacífica e negociada.

Preocupam-nos o Afeganistão e o Compucheia. Não haverá fim para a violência nesses países enquanto persistir a presença de tropas estrangeiras e não forem reconhecidos expressamente os direitos de seus povos à livre manifestação de sua vontade.

É nosso dever ainda exigir visão e postura construtivas sobre a questão das Malvinas. Desde 1833 o Brasil apoia a justa reivindicação argentina da soberania sobre as Ilhas Malvinas, encarecendo uma solução negociada como única forma de resolver o problema.

O Brasil fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões.

Firmemente empenhado no esforço de proscrever as armas nucleares do continente, o Brasil assinou e ratificou o Tratado de Tlatelolco, cujo objetivo pioneiro foi transformar a América Latina na primeira zona desnuclearizada em território habitado pelo homem. A desnuclearização da América Latina deve ser o primeiro passo de um novo impulso para deter a acumulação vertical e horizontal das armas nucleares, liberando-se o milhão e meio de dólares desperdiçados cada minuto pela corrida armamentista para o combate à fome, à doença, à ignorância e à miséria.

A maratona armamentista é uma síndrome do mal que ameaça a lucidez, um hiato negro da consciência humana.

Vivemos uma nova revolução científica que a cada momento transforma o mundo sob nossos olhos. Dominar os avanços que se sucedem vertiginosamente nos setores de ponta da ciência e da tecnologia passou a ser questão vital de sobrevivência. No plano de trabalho a que a ONU deve dedicar seus próximos anos, temos de inserir uma estratégia para que o mundo não se fragmente em blocos tecnológicos fechados, mas coloque o conhecimento técnico e científico a serviço das necessidades básicas de todos os homens.

Senhor Presidente.

Estes são os problemas visíveis. Mas

há um outro, maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. Os pobres, pela desestabilização, os ricos, pela insegurança, e todos pelo desmorrimento, se a nossa postura for de imobilidade.

Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina.

Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da região um quadro de graves dificuldades, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência. Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos - alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade de mercados nos países desenvolvidos - enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias do mercado no início dos anos trinta.

A carga da dívida externa impõe uma política voltada para obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamentos inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça as estruturas democráticas, para aumentar nossas dificuldades, os mercados dos países desenvolvidos fecham-se as nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio.

Confunde-se mesmo o protecionismo com que se procura salvar setores obsoletos dos países em desenvolvimento de criarem condições propícias e transitórias para a instalação de indústrias nascentes que absorvam tecnologias modernas indispensáveis à sustentação do nosso crescimento, exercendo, assim, a nossa soberania e independência.

E o paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente, para transferir divisas para os mesmos centros que nos atacam e discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inatendimento.

Fazemos um esforço extraordinário para competir. Nossas empresas exportam com escassos lucros e nossa mão-de-obra recebe baixa remuneração. É triste confessar que o nosso salário mínimo é de 50 dólares mensais.

Para completar o quadro de nossas dificuldades, temos a obrigação de manter uma balança comercial superavitária para pagar, em quatro anos, juros de cerca de 50 bilhões de dólares.

Esta é a situação de um País que tem potencialidade, uma pauta diversificada de exportações que vai de produtos primários

a derivados de petróleo, produtos industrializados, máquinas e até aviões. Podemos avaliar o impacto destes fatores em outros países sem as nossas condições.

Nossa tradição é cumprir os compromissos externos. Mas temos o dever de alertar o mundo de que o quadro existente tem que ser reestruturado. Necessita de outro ordenamento. Porque é injusto. E tudo o que leva o germe da injustiça, do absurdo, não sobrevive.

O Brasil não deseja fazer da dívida uma questão ideológica, não deseja que ela se transforme num tema de confrontação Norte/Sul, Leste/Oeste. O Brasil é um País de arraigados ideais cristãos e ocidentais. Nós acreditamos que em qualquer lugar do mundo em que a liberdade de iniciativa entrou em colapso, a liberdade desapareceu. Acreditamos no poder criativo da economia de mercado, através da competição. Assim não nos move ao denunciar esta ordem, qualquer motivação política. Desejamos única e exclusivamente defender os nossos mais sagrados interesses. E esse dever nós o cumprimos, exortando a comunidade internacional a procurar conosco a solução. E essa solução não pode ser exclusivamente as das leis de mercado.

Senhor Presidente,

Ao final da Segunda Guerra mundial, as potências vitoriosas tiveram a compreensão de que era essencial a paz a criação de um reordenamento internacional disciplinado, que regulasse as relações econômicas e financeiras entre as Nações.

Fundamental para a instituição dessa ordem econômica foi a percepção de que a reconstrução da Europa era indispensável para a estabilidade e para a própria segurança internacional. O êxito do programa de reconstrução da Europa demonstra a capacidade de realização dos projetos de cooperação entre as Nações, quando concebidos com uma visão ampla de reciprocidade dos interesses e uma consciência clara da ligação entre os problemas políticos e os econômicos.

Vivemos hoje uma situação que reclama, novamente, visão criativa e renovadora. Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje.

Depois da prosperidade, quando veio a recessão, passou a reinar mais a selva predatória de Hobbes do que a fecunda anarquia harmoniosa de Adam Smith.

O endividamento da América Latina não é mais um problema de caráter regional, tal o seu impacto na estabilidade dos mecanismos financeiros do mundo ocidental. A consciência desse problema levou a formação do consenso de Cartagena, manifestação solidária dos Países Latinos-Americanos mais afetados pelo problema de dívida externa, em busca de uma solução pela via do

diálogo e do entendimento.

É imperioso, do ponto de vista Latino-Americano, que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. Agora, como há 40 anos, é preciso que os governos dos Países credores conscientizem-se da ocorrência de uma situação excepcional, cuja solução transcende a simples ação das forças econômicas.

Ao conchamar os líderes das Nações industrializadas a uma ação política concentrada para solucionar o problema dos débitos externos, faço-o com a serenidade de um País que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Temos feito um esforço gigantesco. Mas mesmo a persistir nossa trajetória atual de crescimento, somente em 1990 teremos recuperado a renda "per-capita" que já havíamos alcançado em 1980.

Nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível solicitar sacrifícios adicionais de uma população depauperada como a nossa. Ao contrário, temos que garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

Nossa vulnerabilidade à elevação das taxas de juros internacionais é tão alta que todo o resultado acumulado vai desmoronar se as taxas escorchantes voltarem a ser praticadas.

Maiores serão as dificuldades para formarmos uma sociedade liberal e pluralista, se não mantivermos e ampliarmos nossos contatos com o exterior. A crise da dívida externa, no entanto, vem forçando nossa economia a um processo de isolamento e de autarquia, a traduzir-se em possibilidades mínimas de importação e em ligações débeis e insatisfatórias com o mercado financeiro internacional. Não desejamos o isolamento e a autarquia, temos o direito de esperar de nossos parceiros internacionais formas equitativas e justa de cooperação, que aceitem democraticamente uma partilha concreta de responsabilidade. Não podemos ficar apenas na retórica do ajustamento da economia, supondo que o sacrifício é tudo que deve fazer um devedor do terceiro mundo para equacionar suas contas externas. Esta visão estreita, esquece estarmos tratando de populações que tem o direito a um padrão sério de sobrevivência e de países com legítimas aspirações nacionais. Ou conscientizamo-nos de que a solução da dívida externa é uma tarefa conjunta de credores e devedores, ou arriscarmo-nos a atear fogo no barril de pólvora que ameaçou o continente.

Esse quadro justifica o caldeirão social da América Latina, indefesa diante das seduções messiânicas e demagógicas, do canto, das ideologias totalitárias e presa à uma injustiça de situação, fruto de erro acumulado no passado.

É um milagre que o clarão que ilumina a América Latina, nesse instante, seja o facho da liberdade e da democracia e não o da convulsão.

A posição do Brasil está tomada. A dívida não nos leva a dúvida. Optamos por crescer sem recessão, sem nos submetemos a ajustamentos que signifiquem renúncia ao desenvolvimento.

O Brasil não pagará a dívida externa com a recessão, nem com o desemprego, e nem com a fome. Temos consciência de que, a pagar essa conta, com esses altos custos sociais econômicos teríamos em seguida de abdicar da liberdade, por que o débito pago com a miséria é a conta paga com a democracia.

Assim, desejo afirmar com toda a serenidade e firmeza: Não há solução fora de uma reformulação profunda das estruturas econômicas e internacionais.

Por último, Senhor Presidente, devo falar de paz, o ideal maior do homem.

Mas, o que é paz? Será somente a ausência da guerra, da guerra entre as Nações, da guerra entre os homens? Ou a paz é algo mais transcendental que significa a libertação do homem de todas as formas de violência, de todos os seus conflitos?

Acredito que deva ser o estado de espírito interior projetado pelo homem como uma conduta para todas as Nações. Mas, realisticamente, sabemos que passarão muitas gerações, antes dessa viagem chegar a esse ponto.

É diferente a realidade que nos sustenta. A matéria de nosso trabalho é dura paisagem do nosso tempo: a paisagem da violência, dos egoísmos, da retaliação, da dependência, do atraso, da servidão, da guerra nuclear, das doenças, da fome, do desnível cultural, dos atentados ecológicos, da poluição, do terrorismo, da ganância, da exploração.

A paz de hoje, ainda não é a paz, é a dissimulação da guerra o primeiro caminho da paz é a liberdade. E a organização política da liberdade a democracia. Os povos livres não se guerreiam; não haverá guerra entre os povos democráticos que decidem do seu próprio destino sem a submissão à autoritarismos pessoais e a fanatismo ideológicos.

Guerra e democracia, guerra e liberdade, são termos incompatíveis. Clausewitz assinalou que só existiria guerra quando existissem Estados soberanos da mesma forma, podemos afirmar que prevalecem as soluções pacíficas e consensuais quando existe nações livres e democraticamente desenvolvidas, instituições permanentes, poderes funcionando, povo decidindo. Assim, a melhor maneira da ONU trabalhar pela paz é trabalhar pela democracia. Nós do Brasil temos esse exemplo. Saímos do conflito pela democracia. No dia em que o povo sentiu que ele decidia, e não decidiu

pela violência. Decidiu pelo diálogo, pela negociação.

Estamos chegando ao fim do século a tarefa das Nações Unidas tem sido a administrar conflitos circunstanciais. É hora de reagirmos com vigor a esse papel residual, restituindo à organização as prerrogativas e direitos que decorrem da responsabilidade solidária de todos os povos em matéria de paz e segurança. A prioridade da quinta década da vida da ONU deve ser um programa de revitalização com os seguintes objetivos: - contribuir para superar as tensões da renovada confrontação bipolar entre os dois blocos do poder;

- criar uma nova ordem econômica inspirada no desenvolvimento e na justiça social;

- explorar todo o potencial de negociação da organização para encaminhar soluções aos conflitos regionais que se multiplicam no terceiro mundo;

- recuperar uma função central nas negociações para a redução, controle e eliminação de armamentos, com ênfase nos de maior poder destrutivo.

Mas a liberdade não se esgota no exercício de um bem político. No bem estar de cada um de nós está embutida dívida social, uma dívida moral, com todas as populações pobres do mundo inteiro que participam do gênero humano a quem chamamos de irmãos, mas que tratamos como se não o fosse.

O sentido da liberdade, para o homem contemporâneo, não é somente a ausência de coersão ou de interferência. É a perspectiva de uma vida feliz para si e para os seus. Daí a concepção de liberdade que se preocupa concretamente com as condições reais de vida livre e se esmera em promover mais ampla igualdade de oportunidades. O homem moderno é alguém que vivencia no presente o sonho de Jefferson: A procura, pessoal e coletiva, da felicidade.

A equalização de oportunidades é o alimento da liberdade social, para que o mercado sirva aos homens em vez de os homens serem servos do mercado. Sem diversidade de valores e múltiplas formas de vida não viceja a liberdade que se estiola no privilégio e se afoga na opressão.

Senhor Presidente,

Churchill e Roosevelt, em Hyde Park, pouco antes da criação da ONU, tiveram um diálogo. Perguntou Roosevelt como a paz poderia ser assegurada. Respondeu Churchill:

- Com aliança anglo-americana.

Ponderou Roosevelt:

- Não. É com a melhoria das condições de vida em todo mundo.

Para que haja paz repito, tem de haver democracia e liberdade.

Liberdade contra a fome.

O mundo não pode ter paz enquanto existir uma boca faminta, em qualquer lu-

gar da terra, uma criança morrendo sem leite, um ser humano agonizando pela falta de pão. O século que virá será o século da socialização dos alimentos. A imagem da mater dolorosa dos desejos africanos nos humilha. Os alimentos não podem continuar sendo apenas mercadorias especulativas das bolsas. A ciência e a técnica estão aí, através da engenharia genética anunciando uma nova era de abundância. A humanidade que foi capaz de romper as barreiras da terra e a partir às estrelas longínquas não pode ser incapaz de estivar a fome. O que se necessita é de uma vontade mundial, é de uma decisão sem vetos. É urgente um plano de paz pela extinção da fome.

O Brasil, que vive o paradoxo de ser um grande produtor de alimentos, enquanto luta para eliminar de seu território os bolsões da fome, está disposto a participar com entusiasmo de um esforço de mobilização da comunidade internacional para eliminar esse flagelo antes do fim do século. Este desafio poderá ser a oportunidade para que a ONU e suas agências superem o descrédito do multilateralismo, demonstrando sua eficácia e validade.

Para isso, o homem tem que ter uma visão humanista da política senão, ele só enxergará, e só semeará mísseis e ogivas nucleares.

A conquista dos mares deu ao homem o humanismo renascentista.

A conquista do cosmo amplia nossa vista para uma solução infinita. O mundo ficou maior e menor. Temos de ser solidários nesta viagem em que todos os homens estão condenados à grande sedução da vida. O novo humanismo deve estar centrado na solidariedade e na paz. A paz só existe com a liberdade; a liberdade, com a democracia; e a democracia, quando olharmos pelos segregados, pelos famintos, pelos desempregados. Quando amarmos, nas nações pobres, as regiões mais pobres; nas nações ricas, os homens pobres; nas nações mais pobres, os mais pobres homens.

Há quarenta anos trabalhávamos sobre os escombros claros de uma guerra, hoje devemos trabalhar para evitar o escombros de uma guerra anônima que é a fome.

A miséria é a negação da vida.

Esta a grande missão do homem. Transformar a vida, transformando o mundo.

Estamos avistando o século XXI.

Olhemos os novos tempos com olhos de amor e à natureza, com olhos de caçadores de sonhos.

Tenhamos a coragem de proclamar: liberdade e paz, são o fim da miséria, da fome.

Muito obrigado".